

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

JHONE TAVARES DE VITT

**A censura e a repressão policial contra as “homossexualidades”
durante a Ditadura-Civil Militar à luz do Lâmpião da Esquina
(1978-1981)**

Campo Grande - MS

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

JHONE TAVARES DE VITT

**A censura e a repressão policial contra as “homossexualidades”
durante a Ditadura-Civil Militar à luz do Lampião da Esquina
(1978-1981)**

Trabalho realizado para fins de término de conclusão de curso do curso de licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Dilza Porto Gonçalves.

Campo Grande - MS

2024

RESUMO: Este trabalho analisa as 37 edições do jornal *Lampião da Esquina*, publicadas no Brasil entre 1978 e 1981, o primeiro periódico de grande circulação destinado à comunidade LGBTQIAPN+ no país. O objetivo é identificar e examinar o conteúdo publicado pelo *Lampião* sobre a censura e a repressão do Estado às “homossexualidades” durante o período da Ditadura Civil-Militar, com foco nas ações policiais sustentadas por dispositivos jurídicos obsoletos. A análise documental é realizada de forma qualitativa, a partir do conceito de análise de conteúdo de Bardin (1977), utilizando como fontes as edições do jornal restauradas e disponibilizadas pelo Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott. O estudo revela a perseguição policial contra homossexuais, destacando casos emblemáticos e o papel da imprensa alternativa na resistência e na visibilidade das questões LGBTQIAPN+ durante a ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade; *Lampião da Esquina*; Ditadura civil-militar.

ABSTRACT: This work analyzes the 37 editions of the newspaper *Lampião da Esquina*, published in Brazil between 1978 and 1981, the first widely circulated periodical aimed at the LGBTQIAPN+ community in the country. The objective is to identify and examine the content published by *Lampião* about the State's censorship and repression of “homosexualities” during the period of the Civil-Military Dictatorship, focusing on police actions supported by obsolete legal provisions. The documentary analysis is carried out in a qualitative way, based on Bardin's (1977) concept of content analysis, using as sources the editions of the newspaper restored and made available by the Professor Doutor Luiz Mott Documentation Center. The study reveals police persecution against homosexuals, highlighting emblematic cases and the role of the alternative press in the resistance and visibility of LGBTQIAPN+ issues during the dictatorship.

KEYWORDS: Homosexuality; *Lampião da Esquina*; Brazilian dictatorship.

Lista de ilustrações

| | |
|--|-------------------------------------|
| <i>Figura 1 - Logotipo da Edição Experimental Número Zero, 1978, capa.....</i> | <i>12</i> |
| <i>Figura 2 - Logotipo da Edição n.1, 1978, capa.</i> | <i>13</i> |
| <i>Figura 3 - Lista de publicações "homossexuais" que circularam entre 1960 e 1964 (Lampião da Esquina, ed. n.28, 1980, p. 6-7).....</i> | <i>13</i> |
| <i>Figura 4 - Opinião da sociedade civil sobre o código de moral e bons costumes. Lampião da Esquina, ed. n.9, 1979, p.7.</i> | <i>18</i> |
| <i>Figura 5 - Cabeçalho da Reportagem sobre Celso Cúri. Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.6).</i> | <i>22</i> |
| <i>Figura 6 - Cabeçalho da seção Esquina, com a notícia da inocência de Curi. (Lampião da Esquina, ed. n.11, 1979. p.3).....</i> | Error! Bookmark not defined. |
| <i>Figura 7 - Dr. Roberto Farina. Sítio G1, 2018.</i> | <i>24</i> |
| <i>Figura 8 - Fotografia de Valdirene em laudo do IML, 1976. Sítio G1, 2018.....</i> | <i>25</i> |
| <i>Figura 9 - Trechos do processo com ofensas à Valdirene. Sítio G1, 2018.....</i> | <i>25</i> |
| <i>Figura 10 - Tatiana. Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p.....</i> | <i>26</i> |
| <i>Figura 11 - Flávia. Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p.</i> | <i>27</i> |
| <i>Figura 12 - Alice, a Advogada. Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p.</i> | <i>28</i> |
| <i>Figura 13 - Anúncio do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p.....</i> | <i>28</i> |
| <i>Figura 14 - Mônica Valéria. Lampião da Esquina, 1978, p.10.....</i> | <i>30</i> |
| <i>Figura 15 Delegado Wilson Richetti e seus agentes. (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980, p.18).....</i> | <i>32</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Figura 16 - Travesti algemada e pisoteada pelos agentes de Richetti. (Sítio do Memorial da Democracia, 1980)</i> | <i>33</i> |
| <i>Figura 17 - Imagens da "caça aos travestis" (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980, p.19).</i> | <i>Error! Bookmark not defined.</i> |
| <i>Figura 18 Mulheres na passeata de 13 de junho de 1980 contra o Delegado Richetti (Lampião da Esquina, ed. n. 26, 1980. p.18).</i> | <i>34</i> |
| <i>Figura 19 - Desocupação na Zona do Mangue. Lampião da Esquina, ed. n.7, 1978, p.3.38</i> | |
| <i>Figura 20 - Demolição de casas da Zona do Mangue. Lampião da Esquina, ed. n.7, 1978, p.3.</i> | <i>39</i> |
| <i>Figura 21- Sandra, Gisele, D. Rosinha e Kelly. (Lampião da Esquina, ed. n.32, janeiro de 1981, p.6).....</i> | <i>40</i> |
| <i>Figura 22 - Equipe de entrevista do Lampião. Na foto à esquerda: Trevisan, Dar Cassandra. À direita: Maria Adelaide, Mirian e Mariza (colaboradoras). Lampião da Esquina, ed. n.5, 1978, p.8.</i> | <i>42</i> |
| <i>Figura 23 - Cassandra Rios, a “escritora maldita”. Lampião da Esquina, ed. n.5, 1978, p.9.</i> | <i>42</i> |
| <i>Figura 24 - Ninuccia durante seu julgamento. (Lampião da Esquina, ed. n.13, 1979, p.8)</i> | <i>43</i> |
| <i>Figura 25 - Vânia da Silva Batista. (Lampião da Esquina, ed. n.13, 1979, p.8).....</i> | <i>44</i> |
| <i>Figura 26 - Gráfico de denúncias de homofobia. 1º semestre de 2023. Retirado do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....</i> | <i>47</i> |
| <i>Figura 27 - Gráfico de denúncias de homofobia. 1º semestre de 2024. Retirado do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....</i> | <i>47</i> |

Lista de Siglas

| | |
|------------|---|
| DCDP | Divisão de Censura e Diversões Públicas |
| DOPS | Departamento de Ordem Política e Social |
| DPF | Departamento de Polícia Federal |
| GARRA | Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos |
| IPM's | Inquéritos Policiais Militares |
| LGBTQIAPN+ | Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Agênero, Pan, Não binárias e mais. |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| PCD's | Pessoas com Deficiência |
| PDF | <i>Portable Document Format</i> |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução | 8 |
| 2. A imprensa alternativa no Brasil..... | 9 |
| 2.1. Eis que se acende um Lampião na Esquina | 12 |
| 2.2 Qual foi mesmo o crime do Celso Curi? | 22 |
| 3. As transexuais e “os travestis” | 24 |
| 3.1. Caso Valdirene | 24 |
| 3.2. “Dois travestis” em apuros | 27 |
| 3.3. Mônica Valéria..... | 30 |
| 3.4. Pérola Negra..... | 31 |
| 3.5. Prendam, matem e comam os travestis!..... | 31 |
| 4. A ação policial em “pontos” estratégicos..... | 37 |
| 4.1. A Zona do Mangue | 39 |
| 5. As mulheres | 42 |
| 5.1. Cassandra Rios..... | 42 |
| 5.2. Nino, o italianinho..... | 44 |
| 6. Considerações Finais | 47 |
| Referências | 50 |

1. Introdução

Este trabalho consiste em analisar como o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) noticiava os casos de perseguição às “homossexualidades” no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar¹ instaurada no ano de 1964. O *Lampião da Esquina* foi o primeiro periódico brasileiro com alcance nacional destinado à comunidade LGBTQIAPN+ trazendo principalmente, entre muitos temas, questões políticas e sociais.

Para elaboração dessa pesquisa foram utilizadas como fonte as 37 edições do jornal veiculadas mensalmente entre abril de 1978 e julho de 1981 e as 3 edições extras publicadas em 1979 e 1980. Os arquivos em formato PDF foram encontrados no sítio do Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott que em 2010, pelo projeto “Restauração do jornal Lampião da Esquina” restaurou, digitalizou e disponibilizou em formato *on-line* todas as edições do periódico. Este centro de documentação foi criado em 2007 em Curitiba por iniciativa da ONG Grupo Dignidade do Paraná e com o apoio do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (Sítio Grupo Dignidade, 2010).

A análise do corpo documental se dará de forma qualitativa, a partir do conceito de análise de conteúdo de Bardin (1977) que afirma ser esta

um conjunto de técnicas de análises das comunicações que visa obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadoras (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens de investigação através de uma descrição (Bardin, 1977, p. 42).

Bruno Reis (2017) afirma que segundo Andréu (2001)

as primeiras análises de conteúdo aplicadas ao campo jornalístico surgiram de esforços de investigadores na elaboração de esquemas classificatórios das temáticas

¹ Ditadura Civil- Militar: De acordo com Ricardo Lara e Mauri Antônio da Silva, a ditadura civil-militar “atuou radicalmente para barrar as pretensões de conquistas econômicas e sociais do governo João Goulart”. O golpe civil-militar foi a maneira encontrada para barrar os avanços dos grupos populares que se fortaleceram e se organizaram na luta pelas reformas de base. O golpe contou com o apoio do imperialismo norte-americano, setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica e da burguesia internacional e nacional (neste caso, especialmente os grandes proprietários de terras). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?lang=pt#>> Acesso em: 16 de junho de 2024.

que dominavam os jornais da época [...] e que um contributo decisivo para refinar esta técnica, que já contemplava uma inovadora proposta de conciliação de uma abordagem qualitativa e quantitativa foi proposto em 1910 por Max Weber (2005) num texto fundador do campo da sociologia da comunicação: *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa* (Andréu, 2001, apud Reis, 2017, p.207).

De acordo com Reis (2017), o “boom” deste tipo de análise se deu a partir de 1940 por conta da consolidação dos departamentos de ciência política que tinham como objeto central de suas análises as campanhas eleitorais. Sua expansão metodológica ocorreu a partir de 1955 com o congresso de Allerton House², onde “se discutiu de forma mais consistente o teor da técnica, desde distintos prismas a possibilidades analíticas” e o “contexto histórico da contracultura acabou por abrir as academias a outras perspectivas e enfoques” (Reis, 2017, p.210-211)

Foi precisamente durante o período de contracultura, caracterizado por experimentações estéticas e comportamentais iniciadas no final da década de 1960 e prolongadas pela década de 1970, que surgiram os primeiros periódicos alternativos no Brasil (Kaminski, 2019). Entre eles o *Lampião da Esquina*, que dada a sua cobertura à perseguição às “homossexualidades”³ pela ditadura⁴, desempenha um papel crucial na memória da comunidade LGBTQIAPN+.

Vale ressaltar que além de abordar as questões da comunidade LGBTQIAPN+, que constituíam seu principal público-alvo, o *Lampião da Esquina* frequentemente dava espaço a outros grupos marginalizados, como negros, mulheres, indígenas e pessoas com deficiência.

Além do material acima mencionado, este trabalho conta com bibliografia de pesquisadores que também se debruçaram sobre a história do periódico e o documentário *Lampião da Esquina*, lançado em 2016, com direção de Livia Perez.

Inicialmente este trabalho apresentará o contexto no qual se deu a criação da imprensa alternativa no Brasil, incluindo o próprio objeto deste estudo, o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Posteriormente, será abordada a perseguição à imprensa e depois às

² Congresso organizado por Osgood em Allerton House (Illinois), em 1955, no qual foram apresentadas as abordagens quantitativa e qualitativa em análise de conteúdo (Rocha; Deusdará, 2006).

³ O termo “homossexualidades” está presente no livro *Ditaduras e homossexualidades: Repressão, Resistência e a busca da verdade*, organizado por Renan Quinalha e John Green que optaram por esta nomenclatura afim de “não pecar em anacronismo usando termos de percepção de identidade alheios à época” visto que “a travestilidade” e a “transgeneridade” eram vistas, naquele momento histórico, hegemonicamente como formas de homossexualidades. (2014, p.11)

⁴ O termo “ditadura” será utilizado ao longo do trabalho no lugar de “Ditadura Civil-Militar” a fim de facilitar a leitura.

“homossexualidades”. Dentro deste grupo, o foco se concentrará primeiro nas travestis e transexuais, depois nas mulheres e por fim, nos homens.

2. A imprensa alternativa no Brasil

Na década de 1960, o Brasil contava com um grande mercado editorial com periódicos destinados a públicos cada vez mais diversos, com exceção ao público LGBTQIAPN+. O início dessa mesma década foi marcado pela transferência da capital federal, até então situada no Rio de Janeiro (RJ) para Brasília, que começou a ser construída no início do mandato presidencial do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), sucedido por Jânio Quadros e João Goulart como Presidente e Vice-presidente, respectivamente (Rodrigues, 2021).

O governo Jânio Quadros foi um dos mais curtos da história brasileira, com duração de pouco menos de sete meses, e sua renúncia em 25 de agosto do mesmo ano do pleito eleitoral que o elegeu, teve como consequência principal a transferência do cargo de presidente para João Goulart, o Jango, cujo perfil considerado esquerdista contribuiu bastante para uma forte reação por parte das elites sobre suas propostas de reformas que afetariam de forma direta o *status quo* econômico das mesmas. Toda essa movimentação criou condições extremamente favoráveis ao golpe que se daria no ano de 1964 e cujo estopim foi a determinação de Jango para a reforma agrária e a nacionalização das refinarias de petróleo (Rodrigues, 2021).

Em 31 de março de 1964 foi consolidado o golpe e os militares assumiram o poder da República inicialmente de modo provisório, um provisório que duraria 21 anos, pois só em 1985 os civis retomaram o poder. A institucionalização da ditadura se deu por meio de vários atos institucionais, ao todo dezessete, que do ponto de vista jurídico tinham a função de garantir sua legitimidade. O primeiro foi emitido em 9 de abril de 1964 e permitiu a prisão de cidadãos investigados por Inquéritos Policiais Militares, os IPM's, e também por meio desse dispositivo facilitou-se a exoneração e aposentadoria compulsória de vários servidores públicos considerados esquerdistas e que poderiam porventura se opor ao regime (Silva, s/d.).

Entretanto, o Ato Institucional mais severo foi o quinto, emitido quatro anos mais tarde, em 13 de dezembro de 1968. De acordo com Silva, foi neste ano em que movimentos e manifestações ganharam força e visibilidade após o estudante Edson Luís ser assassinado pela polícia em um protesto contra o regime militar. A gota d'água foi o discurso em plenário

vazio do Deputado Mário Moreira Alves⁵ do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que protestou contra a violência cometida pelos militares e “convocou a população a boicotar os desfiles de 7 de setembro”. Estes reagiram por meio do AI-5, proibindo toda e qualquer manifestação contra o regime e fechando o Congresso Nacional, assumindo assim o controle de tudo (Silva, s/d.).

Neste contexto surgem os primeiros periódicos da chamada imprensa alternativa, que segundo Kucinski:

Surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsórias: o desejo da esquerda de protagonizar as transformações que se propunha, e a busca por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística, sob o autoritarismo, que se encontra o nexos dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 2003. p.15 apud RODRIGUES, 2021, p.86)

O que se percebia naquele momento era que, devido à censura e ao apoio dado pelos grandes veículos de imprensa à ditadura, as pautas consideradas de esquerda não encontravam espaço. O pouco que conseguia ser publicado era rapidamente suprimido pelos censores da ditadura.

O primeiro jornal a representar essa modalidade de imprensa foi *O Pasquim*, idealizado por Tarso de Castro, Sérgio Cabral e Carlos Prósperi e pelos cartunistas Claudius Ceccon e Jaguar (Sérgio Jaguaribe), fundado em 1969. Em entrevista exclusiva à *Hypeness* em 2019 (ano que marcava os cinquenta anos da fundação do jornal), o cartunista e colaborador Miguel Paiva definiu *O Pasquim* como “um jornal de humor, transgressor nos costumes e na linguagem”. O periódico atraiu a atenção da censura, iniciando uma perseguição que resultou em dois atentados a bomba e na prisão de nove dos redatores em 1970. O encarceramento durou aproximadamente três meses, fato que impactou a qualidade e as vendas do jornal, que ainda sobreviveu até 1991 (Jornal de Boas Notícias, 2019).

2.1. Eis que se acende um Lampião na Esquina

⁵ Deputado(a) Federal - 1975-1979, ES, MDB, Data da posse: 01/02/1975; Deputado(a) Federal - 1979-1983, ES, MDB, Data da posse: 01/02/1979. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/131766/biografia>>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

Em 1978 após a visita de Winston Leyland, editor do jornal estadunidense *Gay Sunshine*⁶, um grupo de jornalistas e intelectuais resolveu se reunir para dar início a um projeto inédito até então: a criação de um jornal direcionado aos “homossexuais”⁷. Em entrevista concedida à série documental *Resistir é Preciso* (2014)⁸, Aguinaldo Silva⁹ conta a origem do nome do primeiro periódico brasileiro assumidamente *gay*. Inicialmente seria “Esquina”, mas no ato do registro, descobriu-se que aquele nome já estava em uso. Então, o plano B foi chamar o periódico de “Lampião”, mas não o Lampião do Cangaço¹⁰, mas sim o lampião utilizado como instrumento de iluminação urbana e nota-se isto no logotipo do número zero (abril de 1978).



Figura 1 - Logotipo da Edição Experimental Número Zero, 1978, capa.

⁶ Revista *Gay Sunshine* na edição n.2 de junho/julho de 1979 do *Lampião*, p.10, é descrito como “o mais antigo jornal homossexual americano em circulação que começou a ser publicado em 1970 com uma tiragem relativamente pequena de oito mil exemplares”.

⁷ Embora aqui o conceito seja genérico e contemple todas as “homossexualidades”, tal termo foi majoritariamente utilizado pelo jornal para se referir aos homens homossexuais.

⁸ *Resistir é Preciso* é uma iniciativa do Instituto Vladimir Herzog, composto por 5 projetos: Protagonistas desta História, As Capas desta História, Os Cartazes desta História, Exposição Resistir é Preciso e o Documentário Resistir é Preciso. Tem como objetivo principal “a preservação da história recente do Brasil com a formação de um acervo multimídia mantendo foco a partir do Golpe de 1964”. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/projeto-resistir-e-preciso/>>. Acesso em 09 de junho de 2024.

⁹ Aguinaldo Silva nasceu em 7 de junho de 1943 em Carpina, Pernambuco. Jornalista com passagem por *O Globo* e editor do jornal alternativo *Lampião da Esquina*. Autor de mais de 15 livros publicados, Aguinaldo chegou à TV em 1979, como um dos roteiristas da série *Plantão de Polícia*, destacando-se na discussão de problemas brasileiros ligados à marginalidade, principalmente no choque entre polícia e bandido. Essa cancha o levou a assinar a minissérie *Bandidos da Falange*, em 1983, Disponível em: <https://teledramaturgia.com.br/aguinaldo_silva/>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

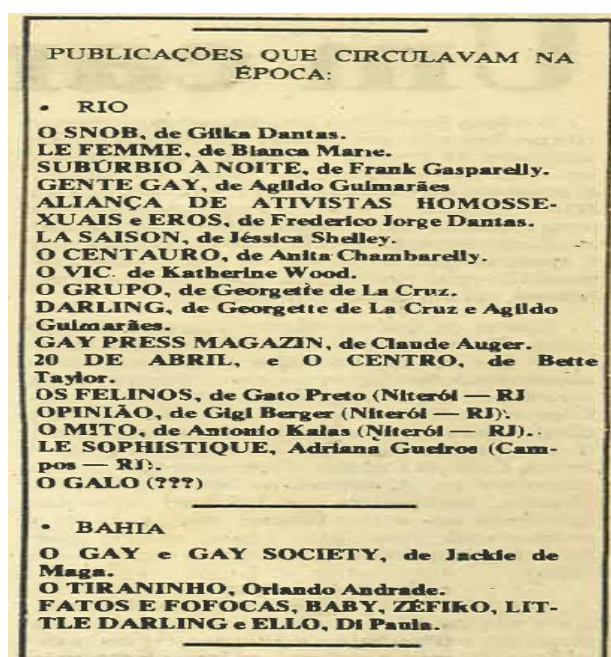
¹⁰ Virgulino Ferreira da Silva nasceu entre 1897 e 1900 em Vila Bela (atual Serra Talhada), no Sertão de Pernambuco. Sua família caiu na pobreza após perder suas terras em uma disputa com uma figura conhecida como Zé Saturnino. A partir de 1919 Virgulino, insatisfeito com a situação, entrou para a clandestinidade e passou a agir em grupos criminosos que atacavam principalmente as grandes propriedades latifundiárias. Entrou para o Cangaço em 1920, sob a alcunha de Lampião. Apesar da violência empregada pelo seu grupo, Lampião foi visto por muitas pessoas como herói justiceiro que combatia as oligarquias. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/heroi-ou-bandido-quem-foi-lampiao-e-o-que-ele-representou-para-o-cangaco.ghtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

Posteriormente, ainda segundo Aguinaldo, surgiu a ideia de “brincar” com o paradoxo da figura viril e máscula do Lâmpião, o Rei do Cangaço e o público-alvo do jornal, “as bichas”¹¹. Surge então, a partir da edição número um, de 25 de maio a 25 de junho de 1978, o Lâmpião, mas aquele da Esquina.



Figura 2 - Logotipo da Edição n.1, 1978, capa.

Antes de prosseguir falando do *Lâmpião*, é importante dizer que a ideia de periódicos, folhetins e revistas destinadas ao público “homossexual” já tinha sido explorada no início da década de 1960. Em 1961 por exemplo, surgiu o *SNOB*, sob comando de Agildo Guimarães que em entrevista concedida ao *Lâmpião* na edição n.28 de setembro de 1980 destacou algumas das 27 publicações que circularam no Brasil de 1960 até o golpe civil-militar em 1964 (*Lâmpião da Esquina*, ed. n. 28 de setembro de 1980, p.6-7).



Voltando ao *Lâmpião*, sua redação era dividida em: Conselho Editorial, composta por Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-

Figura 3 - Lista de publicações "homossexuais" que circularam entre 1960 e 1964 (*Lâmpião da Esquina*, ed. n.28, 1980, p. 6-7).

¹¹ Termo que se refere aos homens gays.

Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry; a Coordenação de Edição ficava a cargo de Aguinaldo Silva; os editores eram Darcy Penteado, João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata; e na Arte, Ivan Joaquim e Mem de Sá. Na página 2 do Número Zero, eles são apresentados da seguinte maneira:

Adão Acosta - era jornalista, ex-terapeuta ocupacional, pintor, e exercia esporadicamente as funções de tradutor de (inglês-português); **Aguinaldo Silva**, jornalista especializado em assuntos policiais, escritor (tinha dez livros publicados na época), tendo uma longa experiência na imprensa alternativa: colaborou com *Opinião* desde os primeiros números, e é um dos fundadores de *Movimento*; **Antônio Chrysóstomo**, jornalista, especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows. É um dos mais polêmicos críticos musicais do país; **Clóvis Marques**, jornalista e tradutor, crítico de cinema. Sub-editor do Guia de filmes publicado pela Embrafilme, é correspondente, no Brasil, de Film Dope, de Londres. **Darcy Penteado**, artista plástico e escritor. Foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira de luta contra a discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais. Seu primeiro livro, *A Meta*, com histórias que abordavam esse tema, foi um dos maiores sucessos editoriais do ano de 1977; **Francisco Bittencourt**, poeta, crítico de arte e jornalista, publicou dois livros de poemas e era membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (seção do Brasil), e colaborava como crítico em vários jornais; **Gasparino Damata**, jornalista e escritor, com passagens pela diplomacia. Organizou duas antologias – *Histórias do Amor Maldito* e *Poemas do Amor Maldito*– que tinham a homossexualidade como tema; **Jean-Claude Bernardet**, Crítico de cinema, considerado um dos teóricos do Cinema Novo da época, possuía também uma longa experiência na imprensa alternativa. Um dos colaboradores mais ativos do *Opinião*, é um dos fundadores de *Movimento*; **João Antônio Mascarenhas**, advogado, jornalista e tradutor, abandonou o Ministério da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de pessoas que resultou na ideia de se publicar o *Lampião*; **João Silvério Trevisan**, cineasta e escritor, é autor do livro de contos - *Testamento de Jônatas deixado a Davi*; e **Peter Fry**, que nasceu em Liverpool, Inglaterra, e formou-se em Cambridge. Após um período como antropólogo na Rodésia, voltou à Inglaterra, onde fez doutorado na Universidade de Londres, que o contratou depois como professor. Em 1970 veio para o Brasil, contratado pela Universidade de Campinas. (*Lampião da Esquina*, ed. n.0, 1978, p.2 apud MARIUSSO, 2015, p.63)

Durante seu período de existência, o *Lampião da Esquina* denunciou, à sua maneira, a perseguição à comunidade LGBTQIAPN+ pela ditadura. Digo "à sua maneira" porque, apesar das reportagens e entrevistas relatarem os fatos, a linha editorial adotava uma linguagem característica. Isso permitia uma interação com o leitor de modo a fazê-lo sentir-se parte integrante do assunto. Assim, o jornal atingia seu objetivo: atrair o leitor, promover identificação e incentivá-lo a se informar e manter-se atento aos horrores e às alegrias de sua comunidade durante aquele período.

Esta mesma linguagem gerou insatisfação por parte de alguns leitores do jornal, tendo em vista que na edição nº.3 de 25 de julho a 25 de agosto de 1978, o jornal prontamente justificou o uso de termos e palavras que “para alguns indicaria uma apelação ao baixo nível”, com o propósito de “resgatá-las do vocabulário machista e desmistificá-las”, uma vez que até então elas eram usadas como ofensa.

O chamamento é devidamente expresso na seção *Opinião*, do Número Zero. Sob o título *Saindo do Gueto*, o Conselho Editorial manifesta fortemente a vontade de “destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição” e reivindica o direito dos “homossexuais” de serem vistos como seres humanos e “de lutar por sua plena realização, enquanto tal”, além de pôr a baixo a ideia de que “a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos”. (*Lampião da Esquina*, ed. n.0, 1978, p.2)

Ainda nesta edição, logo ao centro da capa, lê-se a manchete “Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?”. Adiante exploraremos o caso do Celso que foi o jornalista responsável pela criação da primeira coluna direcionada ao público *gay* em um jornal de grande circulação, o *Última Hora* (1951-1991) e, para a surpresa de ninguém, foi enquadrado pelo decreto-lei da moral e dos bons costumes.

Em três anos de circulação, o *Lampião* buscou contemplar e atingir com suas publicações uma fatia de leitores muito diversa que, com suas peculiaridades, eram marginalizadas e discriminadas não só pela classe dominante, como também e principalmente pela ditadura que também os perseguia de maneira atroz. Assim, o jornal procurava muito mais por uma identificação com o que lê do que afirmar uma identidade monolítica (RODRIGUES, 2021). Com isso, o jornal serviu de mural para expor os desejos, os anseios e

a luta de uma comunidade até então invisibilizada. Foi a partir do surgimento do *Lampião* passou a existir a possibilidade de um espaço para se discutir sobre a homossexualidade na imprensa.

Na edição n.9 de fevereiro de 1979, à luz da fala do diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes, ao *Globo*, na qual afirmava que “a legislação a ser cumprida pela censura impunha restrições de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acabava se transformando numa constante batalha contra a realidade”, Aguinaldo Silva noticiou algo que, pelo tempo de circulação e pelo alcance que o *Lampião* já tinha, até demorou para acontecer: o jornal estava sendo investigado pelo Departamento da Polícia Federal (DPF) enquadrado na Lei de Imprensa¹² sob a “famigerada” acusação de atentar contra a moral e os bons costumes por simplesmente falar sobre “homossexualismo”¹³.

Em tom de defesa com uma pitada de indignação, Aguinaldo reafirma o compromisso primário do *Lampião*, que era o de desmoralizar mitos sobre o “homossexualismo”, especialmente “aquele segundo o qual os homossexuais são criaturas pervertidas, sempre dispostas a corromper e a aliciar”. (*Lampião da Esquina*, ed. n.9, 1979, p.5).

Baseado na fala do Sr. Rogério, que apontava um certo anacronismo e uma subjetividade por parte dos censores e que culminara para o Governo e para a imagem externa do Brasil “resultados políticos ‘desastrosos’”, Peter Fry em um artigo publicado na mesma página reflete sobre as mudanças que vinham ocorrendo na sociedade e conclui que não constava no Código Penal Brasileiro a proibição de relações sexuais entre adultos do mesmo sexo, e que por isso essas questões faziam parte do foro privado dos indivíduos e não componente da esfera pública da sociedade (*Lampião da Esquina*, ed. n.9, 1979, p.5)

¹² A Lei nº5.250 de 09 de fevereiro de 1967 ficou conhecida como Lei de Censura à Imprensa e, posteriormente, se desdobrou para Censura Prévia em 1970. Foi assinada pelo Marechal Castelo Branco juntamente com o Ministro da Justiça Carlos Medeiros e Silva. Foi revogada apenas em 30 de abril de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/noticias/lei-censura-imprensa-55-anos/>>. Acesso em: 09 de junho de 2024.

¹³ O “homossexualismo” era classificado como uma patologia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1948. Inicialmente na Categoria 320 (personalidade patológica” por ser considerado “desvio sexual”. Em 1965 passou para a Categoria 302, “desvio e transtornos sexuais”. A despatologização ocorreu no ano de 1985 após intensa mobilização organizada pelo Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (Carneiro, 2015).

Darcy Penteado (1979), defendeu que o enquadramento do *Lampião* na Lei de Imprensa era uma maneira de oprimir os veículos de comunicação, especialmente da “imprensa nanica” por estas não compactuarem e difundirem a ideologia oficial da ditadura. Sobre esse assunto, na edição n.9 o jornal perguntou a personalidades da época sobre suas opiniões a respeito da censura. Entre elas, estavam Fernanda Montenegro, Bruna Lombardi, Arnaldo Jabour e alguns membros da sociedade civil como o comerciante Antônio Carlos de Souza e a “dona-de-casa” Maria do Céu Vieira.

Analisando todas as respostas, o que se conclui é que a maioria chegou no entendimento de que não tem como se aplicar os parâmetros de moral e bons costumes que justificavam a censura presentes em um Código criado em 1946¹⁴, utilizando-se dos mesmos critérios, pouco mais de trinta anos mais tarde. Daí o anacronismo identificado como um dos problemas da Censura daquela época pelo Sr. Rogério: ocorreram mudanças sociais, políticas e econômicas e para elucidar isso, os exemplos citados nas respostas são muitos simples, indo desde o tamanho do decote e da barra da saia das mulheres, até o uso de chupeta até certa idade. (*Lampião da Esquina*, ed. n.9, 1979, p.7) Parece óbvio, não é?

¹⁴ Decreto nº20.493 de 24 de janeiro de 1946. Aprovava o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Foi revogado pelo Decreto nº11 de 18 de janeiro de 1991. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Acesso em: 09 de junho de 2024.

REPORTAGEM

O que pensa a sociedade civil sobre o assunto

“A censura está, por tradição, na Constituição Brasileira. Uma censura às diversões públicas, em nome da moral e da ordem política. Isto faz parte da tradição brasileira, embora o Império não tenha conhecido, na sua Constituição, a instituição da censura. A república, entretanto, estabelece a censura na Constituição, mas a censura às diversões públicas, e não às obras de arte, ou às manifestações de pensamento, como a imprensa. A liberdade de imprensa é a primeira das liberdades” (Clóvis Ramalhet, escolhido pelo General João Baptista de Figueiredo para ser o Consultor-Geral da República no próximo Governo)

Levando em conta as declarações do diretor da Divisão de Censura do DPF, Sr. Rogério Nunes, as quais deixam bem claro que os critérios da censura devem ser discutidos, LAMPÃO da Esquina fez a pergunta abaixo a várias pessoas da chamada sociedade civil:

— O diretor da Divisão de Censura da Polícia Federal disse, em entrevista ao Globo, que a legislação a ser cumprida pela censura “impõe restrições de tal forma inocentes com a moral vigente na moderna sociedade que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade”. Você acha que os critérios sobre “moral” e “bons costumes”, estabelecidos no código de 1946, ainda são válidos para a época em que vivemos, ou é necessário discutí-los e modificá-los?

Abaixo, o que as pessoas têm a dizer sobre o assunto:



FRANCO MONTORO (senador)

— Um dos aspectos mais importantes das transformações sociais do mundo moderno é a crise de valores. Aplicar rigidamente critérios do passado a problemas do presente é fechar os olhos à realidade e perder o trem da história.



FERNANDA MONTENEGRO (atriz)

— Se o próprio diretor da Divisão de Censura da Polícia Federal conclui que manter esse código de 1946 é uma “constante batalha contra a realidade”, o que nos resta? Perguntar a quem interessa o crime. As instituições? Moral e bons costumes, no fundo, variam e se modificam como saia e decote de mulher, de acordo com os interesses criados, são levantados ou abaixados, arregaçados ou arrebatados. Muitas vezes estrçalhados. Ou simplesmente arrancados. As instituições então aí para garantir, não estão?

LAMPÃO da Esquina



BRUNA LOMBARDI (atriz e poeta)

— Qualquer noção de moral e bons costumes incluída num código já é altamente suspeita. Que autoridade tem alguém para enquadrar a natureza?

AZIZ AB'SABER (professor da Universidade de São Paulo)

— Atentatório à moral e aos bons costumes é permitir que Manaus seja zona franca para venda de quinquilharias e proibir lá ou em qualquer outro local do território nacional a realização do 55º Simpósio Internacional da Associação de Biologia Tropical, porque as conclusões científicas sobre as condições naturais da Amazônia poderiam modificar os planos do governo de exploração daquele território.

CICIL DE OLIVEIRA (operário da construção civil)

— Nosso dormitório está cheio de goteiros. Antontem, choveu o dia inteiro, e a gente teve que dormir nas camas molhadas. Ceará, um colega nosso, pegou uma pneumonia. Isso eu acho imoral. Mas ninguém se importa.

ELICE MUNERATO (jornalista)

— Não me surpreende que o código de “moral e bons costumes” vigente ainda seja o de 1946. Afinal, o Código Civil vem sendo remendado desde 1916 (e o novo anteprojeto está cheio de barbaridades). E a CLT, que é do tempo do Estado Novo? E bom lembrar ainda que mossas têm costumam ser modificadas apenas quando interessa a determinado grupo de poder. Ex: o trabalho noturno das mulheres, antes proibido, agora liberado, interessa a quem? E será que adianta reformular o código de 1946 pra censura saber censurar melhor? Ou não está na hora da gente começar a discutir que a única “censura” positivamente válida seria aquela que recomenda determinados espetáculos, publicações etc., para esta ou aquela faixa de idade?

ROBERTO MOURA (crítico de música)

— O ideal é não haver censura, nenhuma espécie de censura. Este, porém, soa como um estágio utópico dentro de um sistema imperfeito como o nosso. Fala-se agora na regionalização dos critérios, o que teoricamente me parece aceitável mas na prática pode causar uma avalanche burocrático-administrativa mais deplorável que o que já se vê por aí. No fundo, no fundo, as discussões desse tipo sempre me deixam cons-

trangido, sem saber exatamente que tipo de declaração não poderá ser manipulada pelo “outro lado”. Arrisco, ainda assim: o único tipo admissível de censura é aquele que regula a idade. Saiu daí é autoritarismo.

HÉLIO FERNANDES (jornalista)

— Toda censura é uma evidente batalha contra a realidade. Os critérios estabelecidos na Constituição de 1946 ainda são vigorosamente válidos, o que ficou ultrapassado foi o poder dos governantes, foi a mentalidade dos poderosos e foi obviamente a atividade dos censores. É lógico que há uma brutal contradição entre a censura que se faz hoje e a realidade que se vive. Em todos os setores. Em todos os órgãos de comunicação, em todas as formas de expressão que são as que se censuram. E quanto mais atual a força e a forma de expressão, mais brutal a repressão e mais retrógrado e ultrapassado o censor. Geralmente não aquele censor que está de lápis na mão, riscando às vezes até furiosamente, mas um outro censor invisível, encastelado num Palácio e que não sabe nada da vida. Não viveu antes, não tem mais condições de viver depois que chega ao Palácio. Essa a verdadeira, a autêntica, a indistincta contradição entre os critérios de “moral” e “bons costumes” de 30 anos e a vida que se leva hoje.

— Por isso, é claro: lógico, óbvio, evidente, indiscutível, que esses critérios precisam ser revistos e modificados. E para serem revistos e modificados é preciso discutí-los, esmiuçá-los, debatê-los. Mas com coragem, sinceridade e humildade, sem vir antecipadamente condenar os “tempos de hoje” ou “a vida que se leva agora”. Depois de Einstein, tudo é relativo. A educação também. A moral. Os bons costumes. Até a censura. Só que por convicção, por princípio, por formação e por vocação sou contra todo tipo de censura. Artística e moral. Ética ou política. Religiosa ou militar. Quem não tem competência não se estabelece, se dizia antigamente. E também é uma verdade bem antiga, que a censura não tem nenhuma competência. Pode vir armada ou desarmada. Mas será sempre uma inutilidade.

JOSÉ CARLOS DE CASTRO (banqueiro)

— Eu estou mais preocupado é com meu salário no fim do mês.

JOSÉ CARLOS AVELLAR (crítico de cinema)

— O problema não se prende a uma determinada lei de censura. É o próprio conceito de censura que não faz sentido. Não há como impedir a livre circulação de informações numa sociedade sem entrar em conflito com o natural interesse das pessoas. Discutir a maior ou menor adequação de determinados critérios de censura é cair numa armadilha; é admitir algum sentido numa atividade especialmente contrária ao bom senso. O que vale discutir é porque um instrumento tão retrógrado continua presente no corpo de um Estado que se pretende democrático (ainda que relativamente) e onde o direito comum oferece aos indivíduos os meios de organizar suas vidas e de defender os seus padrões de moral.

JOÃO CARLOS RODRIGUES (crítico de cinema)

— Critérios de 1946 não podem mais ser válidos em 1979. Depois disso já surgiram Brigitte Bardot, Passolini, Maria Bethânia, Rogéria, Ney Matogrosso e as Emanuêlas da vida. Devem portanto ser atualizados, se isto quer dizer liberalizados. Além do mais, o controle deve ser descentralizado. A moral da Ilha de Marajó não é a mesma da Ilha do Governador e muito menos a mesma da Ilha do Guarujá. É isso aí.

ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA (comerciante)

— Moral e bons costumes? Mandá este pessoal frequentar a sauna da ACM!

MACKSEN LUIZ

(crítico de teatro)

— Não há censura que esconda a realidade. No teatro, apesar dos longos anos de feroz investidas contra qualquer resquício de realidade nos palcos, a vida continua pulsando. Até mesmo quando artifícios de violência são usados contra as manifestações da vida, o teatro sobrevive. *Pátetica* (ou *Sangra Picadello*) foi confiscada, e mesmo depois de homologada continua proibida. Mas ainda assim, o episódio Wladimir Herzog não conseguiu ser abafado. Um juiz consciente reabriu o caso. A realidade pulsa, o teatro a está registrando. Isto não é um desejo, é a História.

ARNALDO JABOR (cinasta)

— As mudanças econômicas e políticas do país, a industrialização, provocaram mudanças

de costumes e moral que não podem ter um código fixo. O que era bom para a felicidade humana há 23 anos não é mais. A própria instituição familiar está arcaica em relação ao capitalismo industrial moderno, sendo inclusive prejudicial à circulação de mercadorias: as instituições do casamento e da família prejudicam o consumo. Hoje, é o próprio capitalismo que não quer o progresso da família, nem admite a propriedade privada ou o Estado nos moldes tradicionais. O capitalismo, com a supracitada, multinacional e antifamiliar, com a propriedade privada despersonalizada em milhares de donos e sociedades anônimas.

ZUENIR VENTURA (jornalista)

— Em 1946, quando foi assinado o código vigente, a bomba atômica ainda era uma novidade, o homem não tinha ido à Lua, o biquíni era um escândalo, a pílula anticoncepcional um pecado impensável e a palavra merda impubescível fora das paredes dos banheiros. A Guerra Fria tentava dividir o mundo entre o céu e o inferno e, nos filmes, os atores não iam para a cama acompanhados. De lá pra cá, a ciência se transformou, os costumes mudaram, o homem evoluiu, o homossexualismo invadiu as instituições — das esportivas às militares, das eclesásticas às governamentais — e as concepções estéticas foram subvertidas: os volúptuosos seios de Jayne Mansfield deixaram de ser um padrão de beleza.

— A moral, como tudo, não é a mesma hoje e nem será amanhã. Como se pode, então, com base em um código de mais de 30 anos, julgar o que é moral ou imoral agora? Só mesmo nas cabeças doentes é possível julgar hoje — seja o que, principalmente moral e costumes retrógrados não perde por esperar. Na batalha contra a realidade, ela não muda nada. A realidade sim, e que muda: cabeças, preconceitos e censores.

RUBEM MAURO MACHADO (escritor)

— Uma das maneiras possíveis de se ver a Censura é pelo seu aspecto humorístico/abstrato. Não deixa de ser engraçado que você — como contribuinte — pague funcionários com a finalidade de estabelecerem o que você pode ler, ver, ouvir. Naturalmente o censor, depois do seu curso de capacitação, tem mais condições do que você, que não fez o referido curso, de saber por que: 1) Foto de um seio exposto é artística, de dois seios expostos é imoral; 2) *Playboy* em inglês ofende a moral e os bons costumes, em alemão não (será o idioma alemão menos imoral ou menos subversivo?). São dois exemplos. Escolham outros e divirtam-se.

SÔNIA COUTINHO (escritora)

— Precisam, é claro, ser urgentemente discutidos e modificados para não se cair no ridículo, como tem acontecido. Há um abismo entre os critérios da censura e a realidade brasileira, mesmo se levando em conta diferenças regionais do país, em termos de costumes. Isto, para não falar no choque que a gente leva quando sai daqui. Estou pensando particularmente numa visita que fiz aos Estados Unidos em 1976, a San Francisco da Califórnia, à Universidade de Berkeley, onde tive a oportunidade de entrar em contato com professores e alunos. Presenciava um livre debate de idéias como existe já deia a gente espantada, quase assustada, se sentindo lamentavelmente caipira. Não adianta tentar transformar isto aqui numa ilha, porque em torno existe o mundo atual.

MARIA DO CÉU VIEIRA (dona-de-casa)

— Tem gente que nasceu pra vítima. Os homossexuais são assim: culpam eles por tudo. Agora eu nunca soube que um homossexual matasse alguém, praticasse um crime grave; eles é que são mortos e roubados. Assim, se é pra discutir o assunto vamos discutir isso: por que a sociedade não considerava imoral, um atentado aos bons costumes, essa história de aproveitar os preconceitos existentes contra os homossexuais para melhor explorá-los? Uma noite eu ia saindo com meu marido do cinema Palácio, na Cinelândia, e vi um rapaz ser levado para um carro da polícia debaixo de pancada. Meu marido ficou revoltado e perguntou ao policial: “Ei, por que você está fazendo isso?” A resposta: “porque ele é bicha”. Isso não é imoral?

GILBERTO MONTEIRO (comerciante)

— O que vocês querem de verdade é saber se há alguma justiça nessa perseguição ao jornal de vocês, não é? Eu acho que não, e por uma razão bem simples: a perseguição põe a nu uma coisa que sempre existiu, só que em estado latente: a discriminação contra os homossexuais. Só essa discriminação já justifica a existência de um jornal como LAMPÃO.

Página 7

Figura 4 - Opinião da sociedade civil sobre o código de moral e bons costumes. LAMPÃO da Esquina, ed. n.9, 1979, p.7.

Além da sociedade civil, alguns jornalistas também entraram em defesa do *Lampião*. Foi o caso de Nando Ramos que em artigo publicado na revista *Singular & Plural* e republicado na Edição n.12 do *Lampião* de 1979, p.3, afirmou que o incômodo por parte da Polícia Federal que a levou a abrir o inquérito contra o jornal se devia principalmente pelo

alto nível jornalístico e ao peso cada vez maior que o *Lampião* vem (vinha) jogando na conscientização dos homossexuais e por ter conseguido “nos seus nove números (publicados até então) coletar opiniões importantes e enriquecer bastante o debate em torno de vários outros temas sem se reduzir aos temas homossexuais (*Lampião da Esquina*, ed. n.12, 1979, p.4).

Em 2 de abril de 1979, cinco editores do *Lampião* compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal para serem identificados criminalmente. Essa fase encerrava a fase de inquérito, que na sequência seria enviado à Justiça. Compareceram na de DPF Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta. Os senhores editores foram fotografados de frente e de perfil e tiveram suas impressões digitais coletadas. Fotos e digitais foram anexados ao inquérito n.25/78 (*Lampião da Esquina*, ed. n.12, 1979, p. 3).

No dia 10 de julho daquele mesmo ano, chega à sede do jornal uma solicitação para que se apresente ao Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, o “Tesoureiro ou pessoa encarregada da contabilidade relativa à movimentação do jornal *Lampião da Esquina*, munido das respectivas escriturações ou balancetes relativos aos meses de janeiro a maio de 1979”, para fins de instrução do inquérito que ainda tramitava. Com isso, segundo o diretor do Departamento de Polícia Federal - DPF pretendia provar que a editora “não tinha condições de sobreviver como empresa”. Dias antes, Darcy Penteado, João Silvério Trevisan e Jean-Claude Bernardet haviam sido indiciados e qualificados criminalmente em São Paulo após prestarem depoimento (*Lampião da Esquina*, ed. n.15, 1979, p.5).

O processo instaurado pelo Departamento da Polícia Federal (DPF) que enquadrava o jornal na Lei de Imprensa, sob a acusação de atentar contra a moral e os bons costumes, foi arquivado no final de final de 1979, conforme noticiado na edição n. 18 de novembro do mesmo ano. Na página 2, com o título *Somos todos inocentes*, junto com a boa nova, o Aguinaldo Silva trazia o parecer do Procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa sobre o periódico que dizia: “No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pode

ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações” (Lampião da Esquina, ed. n.18, p.2).

Aguinaldo, além de destacar este trecho, publicou na íntegra o parecer do Procurador, que foi aceito sem muitas ressalvas pelo Juiz da 4ª Vara Federal, Dr. Ariosto de Rezende Rocha. Silva ainda afirmou que a vitória deste arquivamento não era tão somente do jornal em si, como também da Justiça brasileira que àquele momento se mostrava “contemporânea ao tempo em que vive (vivia)” (Lampião da Esquina, ed. n.18, p.2).

Em junho de 1981 os “lampiônicos” leram o que seria, sem qualquer despedida, a última edição (37) do jornal. Sobre o fim do *Lampião*, Quinalha (2021) o define da seguinte maneira:

Espremido entre o que se consideravam ser os interesses inconciliáveis do mercado, de um lado, e os do ativismo gay, de outro, o jornal não conseguia contemplar, satisfatoriamente, nenhum dos dois públicos, pois o primeiro dispunha de outras revistas eróticas e pornográficas em circulação, enquanto os segundos já haviam se afastado. Dividido entre consumismo e ativismo, o jornal ficou sem espaço para continuar. Ao lado de todas essas determinantes externas, agravaram-se determinados problemas internos quanto ao convívio que estava cada vez mais desgastado. O esgarçamento das relações provocados por um racha editorial também convergiu para provocar o fim do jornal. Duas das personagens mais influentes e ativas no Conselho, Aguinaldo Silva, no Rio, e Trevisan, em São Paulo, viram suas diferenças ficarem cada vez mais acentuadas diante da crise do *Lampião*. (QUINALHA, 2021, p.14)

O documentário **Lampião da Esquina** (2016) reforça essa ideia com depoimentos dos próprios senhores Aguinaldo Silva e José Silvério Trevisan, que reafirmam as divergências editoriais.

A perseguição à imprensa não era direcionada única e exclusivamente aos veículos de comunicação, tanto que se estendiam à pessoa física dos jornalistas e editores, no caso dos jornais impressos. Neste sentido o *Lampião* traz logo na edição experimental número zero, de abril de 1978, o caso do processo da Censura Federal contra o jornalista Celso Curi.

2.2. Qual foi mesmo o crime do Celso Curi?

Segundo João Silvério Trevisan (1978), Celso Curi era o colunista mais lido do jornal *Última Hora* de São Paulo, e foi responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal após começar a publicar a primeira coluna dedicada ao público “homossexual”¹⁵, a *Coluna do Meio*, que começou a ser veiculada em 5 de fevereiro de 1976. Segundo Celso, foi a partir dela que a imprensa se abriu para falar sobre a homossexualidade, descobrindo que os homens *gays* também pensam e andam como qualquer ser humano. No mesmo ano, Curi foi enquadrado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo no artigo 17 da Lei nº5250 por ofensa à moral e aos bons costumes sob risco de pena de detenção (3 meses a 1 ano) e multa de 1 a 20 salários mínimos da região.

O processo surgiu do expediente de um agente da Polícia Federal que considerou “ofensivos” os artigos publicados na *Coluna do Meio* e se vinculava ao serviço de Censura Federal. Durante seu curso, o processo foi se modificando de forma que as perguntas feitas pelo promotor não eram mais relacionadas com a moral e os bons costumes, mas sim a homossexualidade. O processo foi o primeiro contra o “homossexualismo” na história judicial do Brasil (Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.6-7).

Em 1977 Celso foi demitido do jornal. À época corria o boato de que o jornal passava por crise financeira, ao mesmo tempo que se noticiava a segunda audiência de um processo aberto em outubro de 1976 contra o jornalista. O superintendente do Departamento Regional de São Paulo acusava a coluna de “promover a licença de costumes e o ‘homossexualismo’ especificamente” (Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.6-7).

Em 1978, na edição experimental *Número Zero*, na reportagem *Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?* (Lampião, 1978, p.6) o *Lampião* abordou o processo contra Celso Curi trazendo comentários de seu próprio advogado, Luiz Gonzaga Modesto de Paula. Gonzaga fundamentou a defesa na ideia de que os termos “moral e bons costumes” são de caráter subjetivos e variáveis no tempo e espaço e que nos casos de julgamento, cabe a interpretação ao Juiz, não havendo, portanto, um padrão absoluto de moral (Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.6-7).

O advogado defendia ainda que as publicações de Celso eram uma inovação no jornalismo brasileiro, uma vez que naturalizou um tema antes considerado tabu, e afirmou que

¹⁵ Neste contexto, os homossexuais eram os homens *gays*.

a decisão judicial recairia de modo positivo ou negativo de toda a imprensa nacional, visto que condenada a coluna (homossexual) do Celso, todas as outras publicações destinadas ao mesmo público também seriam recolhidas (Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.6-7).



Figura 5 - Cabeçalho da Reportagem sobre Celso Cúri. Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.6).

A Edição n. 11 de abril de 1979 traz o fechamento do caso. No último dia 12 de março Celso fora absolvido no processo contra ele. De acordo com João Silvério Trevisan (Lampião, p.3) o juiz da 14ª Vara Criminal, Régis Castilho Barbosa, confirmou que o “homossexualismo” não era delito tendo em vista o Código Penal ao considerar que a Justiça “não tem (tinha) como escopo abrigar exigências extraordinárias de um pudor hipertrófico (...) em virtude de princípios particularmente rígidos”. Sobre o assunto do processo, que eram as notícias veiculadas pela *Coluna do Meio*, Barbosa afirmava que o material “não contém (continha) o caráter de obscenidade que lhe quiseram atribuir” (Lampião da Esquina, ed. n.11, 1979, p.3).



Figura 6 - Cabeçalho da seção Esquina, com a notícia da inocência de Curi. (Lampião da Esquina, ed. n.11, 1979. p.3).

Por conta de processos de mesma natureza que ainda estavam em andamento, inclusive o do próprio *Lampião*, Trevisan apontava com uma certa esperança que “está [estava] aberto um importante precedente para a defesa dos direitos homossexuais neste país” e que dali por diante continuariam “de cabeça erguida, mas já tendo o respaldo da justiça” (Lampião da Esquina, ed. n.11, 1979, p.3).

3. As transexuais e “os travestis”

Considerando que a homossexualidade foi associada à subversão e como ameaça à segurança nacional, é importante destacar o papel das autoridades policiais na vigilância e repressão contra a comunidade LGBTQIAPN+ no período da ditadura (Cowan, 2021). Dentro deste grupo, talvez as mais afetadas tenham sido as mulheres transexuais e as travestis. Além de toda a questão moral que envolvia a comunidade como um todo, as travestis e transexuais apresentavam um “agravante”: a performance do gênero oposto ao que lhe foi designado ao nascer.

3.1. Caso Valdirene

Valdirene, cujo nome de batismo era Valdir Nogueira, foi a primeira mulher transexual brasileira a passar por cirurgia de redesignação sexual no Brasil em 1971. Ela foi operada pelo cirurgião plástico Roberto Farina, que também foi pioneiro na cirurgia de mesma finalidade no primeiro homem transexual brasileiro a passar por este procedimento em 1977, o João Nery¹⁶.

Em 1978, Roberto Farina foi condenado a dois anos de reclusão por lesão corporal dolosa de natureza gravíssima. Tal fato foi noticiado pelo *Lampião da Esquina* como uma condenação moral, uma vez que, na época, algumas cirurgias plásticas já eram realizadas, como a colocação de próteses de silicone, por exemplo. Para fundamentar essa posição, uma

¹⁶ João Nery (1950-2018) foi o primeiro homem trans a passar por cirurgia de readequação sexual no Brasil, em 1977. Contou sua história no livro *Viagem solitária – A trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade* escrito em 2011 e republicado pela editora Leya em 2019. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/joao-w-ner-y-o-primeiro-trans-homem-a-fazer-uma-cirurgia-de-readequacao-sexual-no-brasil>>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

das imagens em destaque na notícia era de uma pessoa com os seios abertos para esse procedimento. (Lampião da Esquina, ed. n.5, 1978, p.5).

A queixa não foi feita pela vítima, que estava felicíssima e afirmava que o “Dr. Farina, ao fazer a operação, lhe deu uma nova vida” (Lampião, 1978, p.5), mas sim pelo promotor Messias Piva “sob alegação de ofensa à integridade física do paciente” (Lampião da Esquina, ed. n.5, 1978, p.5).

Fato é que isso chegou ao conhecimento da polícia porque em 1975, em um congresso científico, Farina anunciou as cirurgias de “mudança de sexo” que tinha realizado. Foi então que o Conselho Federal de Medicina tomou conhecimento de tais intervenções cirúrgicas e entrou com ação judicial contra o médico. O que se seguiu foi uma investigação de lesão corporal pelo Ministério Público que culminou, três anos mais tarde, na condenação do cirurgião pelo Juiz Adalberto Spagnuolo da 17ª Vara Criminal de São Paulo (Lampião da Esquina, ed. n.5, 1978, p.5).

Farina não foi o único implicado nesta situação. Valdirene teve a retificação dos seus documentos negada pela justiça e obrigada a viver como Valdir por mais de quarenta anos. Durante o inquérito, nos autos do processo foi chamada de “monstro”, “prostituta” e “mutilado”, além de ser submetida a exames humilhantes pelo Instituto Médico Legal (IML). Para ele, tudo se resolveu em 1979 quando, por votação majoritária, o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo anulou sua condenação. Para ela, o desfecho foi bem mais tardio, em 2011 aos 65 anos, Valdirene conseguiu a retificação de sua certidão de nascimento (ROSSI, 2018).



Figura 7 - Dr. Roberto Farina. Sítio G1, 2018.



Figura 8 - Fotografia de Valdirene em laudo do IML, 1976. Sítio G1, 2018.

Para Aguinaldo Silva (1978), o julgamento de Farina foi um julgamento moral e, para corroborar isso, traz um trecho da denúncia que afirma que “o ato cirúrgico incriminado, além de criar, para o ofendido, graves problemas de seu relacionamento social, teve em vista encontrar condições favoráveis para uniões matrimoniais espúrias”. Além disso, quando comemorou a condenação, Piva acrescentou que “esta decisão tem grande alcance social, porque vem, sobretudo, tranquilizar a família brasileira: poderá está se ver obrigada a enfrentar no lar, alguém com problema semelhante ao do paciente do caso em exame: entretanto, jamais estará obrigada a ter que suportá-lo na condição de mutilado”. Essa fala do referido promotor é comprovada pela imagem abaixo, com trechos do dos autos processo:

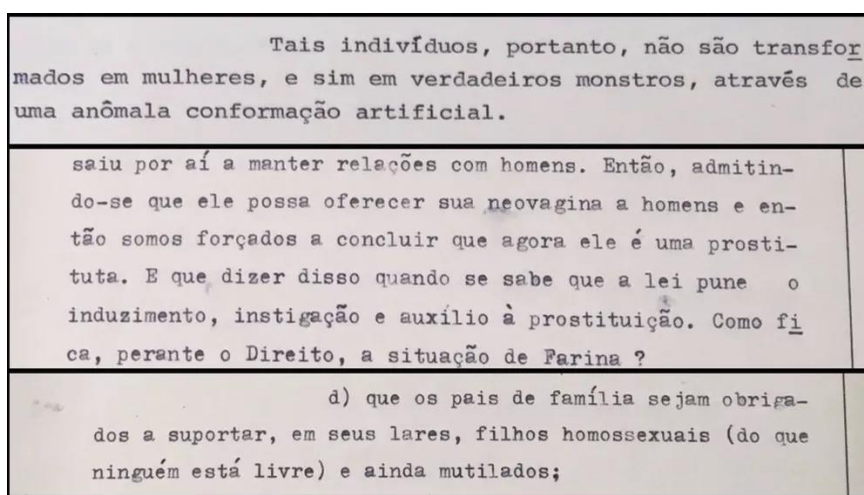


Figura 9 - Trechos do processo com ofensas à Valdirene. Sítio G1, 2018.

O processo que envolveu Valdirene e o Dr. Farina foi o único abordado pelo *Lampião* e o que se pode perceber é que a violência cometida pelo Estado via seus agentes policiais foi majoritariamente psicológica, mas grave por ferir o direito que Valdirene tinha de existir. A

negativa da retificação dos documentos dela e o próprio processo demonstra que o Estado não queria que pessoas como ela existissem oficialmente e para que isso também não ocorresse de maneira “extraoficial”, eles também se empenharam.

Prova disso é o número de vezes que o *Lampião* noticiou agressões policiais contra as mulheres transexuais e as travestis que trabalhavam nas ruas ou frequentavam estabelecimentos tidos como “pontos homossexuais”. Na sequência, seguem reportagens e entrevistas sobre algumas das vítimas dessas ações fundamentadas em argumentos descabidos como por exemplo “atentado à moral e aos bons costumes”, ou ainda aquelas que mesmo tendo comprovante de registro de trabalho, eram enquadradas na “Lei de Vadiagem”¹⁷.

3.2. “Dois travestis” em apuros

Na Edição Extra 3 de março de 1980 o *Lampião* pôs luz aos abusos policiais sofridos por duas travestis: Flávia e Tatiana, trabalhadoras da Rua Rêgo de Freitas em São Paulo, realizadas por meio de abordagens cotidianas na noite paulistana. Flávia possuía documento de “ator” e carteira de trabalho e afirmou que mesmo com os documentos em dia, as travestis eram detidas, não passando mais que três dias na cadeia e, quanto à agressão, disse que só apanhava quem gritava (*Lampião da Esquina*, ed. extra n.3, 1980, s/p).



Figura 10 - Tatiana. *Lampião da Esquina*, ed. extra n.3, 1980, s/p.

¹⁷ De acordo com Ocanha (2021), o crime de vadiagem foi instituído no Regime Republicano com o artigo 390 do Código Penal de 1890. O objetivo era reeducar e punir os vadios além de diferenciar a ideia de trabalho na República à do período imperial, quando o trabalho era intrinsecamente ligado à escravidão.



Figura 11 - Flávia. Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p.

Tatiana tomou a palavra para contar algumas situações de violência policial às quais ela e suas amigas foram submetidas, como por exemplo o dia em que foi abordada por dois homens que “pareciam dois malandros, não tinham senso de nada” e estes investiram contra elas e suas amigas reagiram. Nesta situação, um deles sacou um revólver e disparou contra elas. Na sequência, veio a Garra¹⁸ e uma delas contou o que houve e apontou para os autores dos disparos. Qual não foi a surpresa quando os policiais começaram a agredi-la de modo que a mesma precisou ser hospitalizada. Contou também o caso de uma amiga delas que “deu escândalo” e os policiais jogaram uma bomba dentro da cela, o que destruiu o local (Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p).

Flávia e Tatiana estavam acompanhadas na entrevista por Alice Soares, advogada criminal e orientadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco que, desde 1972, acompanhava os estagiários em audiências criminais e orientava estagiários do quarto e quinto ano de Direito que atendem uma clientela periférica. Segundo ela, o Departamento existia para atender os grupos oprimidos que são perseguidos (Lampião da Esquina, ed. extra n.3, 1980, s/p).

¹⁸ Durante a entrevista, a Dr^a. Alice afirma que a Garra é Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos. No entanto como se percebe, passou a fazer parte do aparato policial para repressão das travestis que trabalhavam nas ruas.



Figura 12 - Alice, a Advogada. *Lampião da Esquina*, ed. extra n.3, 1980, s/p.

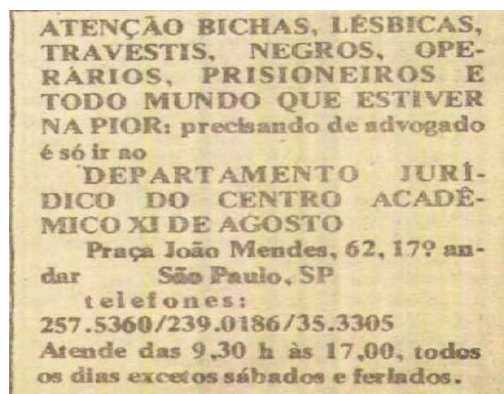


Figura 13 - Anúncio do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. *Lampião da Esquina*, ed. extra n.3, 1980, s/p.

Alice, durante a entrevista, afirmou que o problema jurídico de toda essa situação é justamente o fato de que a prostituição, tanto masculina quanto feminina, não era considerada crime, assim como o “homossexualismo”. Por isso, as prisões eram feitas sob a alcunha de vadiagem. Nesse caso, sendo a primeira vez, o detido assina uma sindicância se comprometendo a arrumar emprego em até 30 dias. Caso fosse preso novamente e ainda estivesse desempregado, era enquadrado no Artigo 59 da lei de contravenções penais, vadiagem, e levado à Casa de Detenção até o julgamento, o que podia levar até um mês (Lampião, ed. extra n.3, 1980, s/p).

Na leitura do Artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, entende-se perfeitamente o porquê de Alice afirmar que as prisões não tinham legitimidade jurídica, uma vez que se lê:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. (Planalto, 1941).

Tatiana corroborou tal fato dizendo conhecer muitas travestis que, ainda que exercessem atividade remunerada, eram detidas e ficavam até vinte dias presas, chegando ao ponto de perderem seus empregos fixos. Contou ainda que, em uma de suas prisões, foi detida por conta de algo que ela nem sabia que existia: suborno. Isso se deve ao fato de que era comum, segundo ela mesma, as travestis costumavam darem 50 ou 100 cruzeiros para se livrarem dos agentes quando eram pegas na avenida. Quando chegou a vez de Tatiana, ela não teve a mesma sorte. Foi parar na Casa de Detenção. Flávia, por outro lado, teve sorte. Ainda que tenha dado uma volta indesejada no camburão e solta longe do local de onde foi pega, pela Garra (Lampião, ed. extra n.3, 1980, s/p).

Alice denunciou que na época do Coronel Erasmo Dias, os distritos competiam entre si para ver qual prendia mais “vadios”. Isso se reflete em uma fala anterior da advogada dizendo que os delegados tinham uma cota de trabalho a apresentar. No caso das travestis, eles - os policiais - priorizavam a prisão em flagrante principalmente das já conhecidas ou das que já tinham assinado alguma ficha. Considerava, por isso, a violência institucionalizada (Lampião, ed. extra n.3, 1980, s/p).

3.3. Mônica Valéria

Na edição n.7 de dezembro de 1978 na reportagem *Mônica Valéria, uma vida em segredo*, o Lampião apresentou Mônica Valéria, pseudônimo de L.C.T. da S. (siglas por medo do polícia), oriunda de Carangola, Minas Gerais e chegada no Rio de Janeiro em 1962. Mônica tinha o grande sonho de ser musicista e foi matriculada por sua madrinha (segundo ela mulher de posses) no Conservatório de Música de Carangolas, mas seu sonho não foi adiante pois muitas mães começaram a cancelar a matrícula de seus filhos por que lá também estudava, segundo Mônica, uma bicha preta (Lampião da Esquina, ed. n.7, 1978, p.10).



Figura 14 - Mônica Valéria. Lampião da Esquina, 1978, p.10

Entre temas que foram desde o início de sua vida até sua vivência como prostituta, Mônica relatou experiências de perseguição policial. O roteiro das abordagens era praticamente o mesmo que foi apresentado agora neste trabalho: as travestis eram presas à toa e ainda que portassem documentos de identificação e de registro trabalhista, iam parar na cadeia. Alguns PM's, segundo ela, prendiam as bichas “pra tomar dinheiro” (Lampião da Esquina, ed. n.7, 1978, p.10).

Ela comentou a dinâmica no Cinema Íris, dizendo que havia um conluio entre os lanterninhas e alguns marginais, de modo que quando ocorria algum furto lá dentro, os acusados sempre eram as “bichas” e as travestis, e aí entrava a participação da polícia. Conta duas experiências suas com os agentes da repressão: uma vez em uma blitz escondeu-se dentro de uma caixa d'água e em outra, foi presa. Durante seu encarceramento, teve sua casa saqueada (Lampião da Esquina, ed. n.7, 1978, p.10).

3.4. Pérola Negra

Na edição n.32 de janeiro de 1981, Antônio Carlos Moreira comenta a morte de Pérola Negra. Ela era uma travesti que circulava muito na Zona do Mangue e trabalhava como arrumadeira em algumas casas e segundo Moreira (1981), teve um caso com Luiz Melodia¹⁹ que retratou suas memórias com ela na música “Pérola Negra” (Lampião da Esquina, ed. n.32, 1981, p.6).

¹⁹ Luiz Melodia foi um cantor e compositor brasileiro. Nascido em 07 de janeiro de 1951, começou sua carreira em 1963 e em 1973 lançou o disco “Pérola Negra”. Faleceu em decorrência de câncer em 04 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.abramus.org.br/noticias/13891/luiz-melodia-morre-aos-66-anos/>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

O boato sobre a morte de Pérola era o seguinte: ela teria sido assassinada por um policial com quem tinha se envolvido em uma briga que resultou no esfaqueamento do mesmo. Após se recuperar, perseguiu e a cercou em uma Travessa, onde a matou com um tiro na cabeça (Lampião da Esquina, ed. n.32, 1981, p.6).

3.5. Prendam, matem e comam os travestis!

Na edição n.24 de maio de 1980, Darcy Penteado analisou algumas reportagens do jornal *O Estado de São Paulo* que, tendo como ponto de partida um crime cometido por travestis em uma zona residencial de São Paulo, alertava a população para “o perigo dos travestis” (Lampião da Esquina, ed. n.24,1980, p.2).

Penteado (1980) afirmava que as reportagens tratavam “homossexuais” e “os travestis” de maneira sensacionalista e de modo que incitava violência contra esses grupos. Neste sentido, revela a real motivação de tais reportagens: a união entre as polícias civil e militar que tinham como objetivo combater “a criminalidade, utilizando todo dispositivo possível de homens e viaturas para deter ‘os travestis’ nas ruas, enquadrando-os no crime de vadiagem” (Lampião da Esquina, ed. n.24,1980, p.2).

O delegado da Seccional Sul da Polícia e o coronel comandante da Polícia Militar tinham também como objetivo, além do combate à criminalidade, tirar as travestis de circulação de algumas ruas da região da “boca do lixo” para livrar “as famílias dos assaltos e chantagens, ‘além de evitar aquela visão desagradável dos invertidos oferecendo o corpo pelas ruas decentes da cidade’” (Lampião da Esquina, ed. n.24,1980, p.2).

Penteado (1980) afirmou ainda que tal ação de repressão contrariava a Constituição ao que tangia o direito humano de não segregação e ainda mais grave, abria precedente para a criação de prisões especializadas a todos os grupos que àquele momento poderiam ser incômodos ao sistema ideológico vigente. Penteado (1980) aponta ainda uma preocupação com a incitação à violência presente nas reportagens do *O Estado de São Paulo*, pois segundo ele “os justiceiros voluntários sempre estão sempre prontos a entrar em ação, à espera de um sinal apenas, [...] principalmente quando acobertados e garantidos pelo sistema” (Lampião da Esquina, ed. n.24,1980, p.2).

Voltando ao artigo, Penteado contextualiza a prostituição “dos travestis” no Brasil que segundo ele, atingiu proporções inimagináveis e que “aparece como um dos espelhos da nossa miséria, da nossa incultura, da nossa desigualdade social e econômica e consequentemente do

elitismo do nosso poder político” (Penteado, 1980). Detalha que a maioria “dos travestis-prostitutos” são de camadas proletárias e migrantes de cidades pequenas de onde saíram por “incompreensão familiar e pela opressão social” (Penteado, 1980). Conclui que “o travestismo a nível de prostituição, como tantas outras mazelas nacionais, é consequência da nossa fome” (Penteado, 1980, p.2).

O resultado da união entre a Seccional Sul e a Polícia Militar culminou na transferência para a Terceira Seccional de um delegado que ficara conhecido por expulsar as prostitutas de São e criar a zona de meretrício em Santos, o senhor José Wilson Richetti. Foi ele quem comandou as operações “Limpeza” e “Rondão” que agiam não só nas zonas residenciais, como também no centro da cidade especialmente e de forma maciça, na “Boca do Lixo” e na Avenida Rego de Freitas (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980. p.18).



Figura 15 Delegado Wilson Richetti e seus agentes. (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980, p.18)

A ações inicialmente eram realizadas simultaneamente em diferentes regiões do centro e em horários diversos que iam das 16h às 4h da madrugada. Posteriormente as rondas passaram a ser feitas em pontos estratégicos e levavam quem não tinha carteira profissional assinada - o que já se sabe que era uma falácia pois já foi dito aqui que as abordagens não eram tão “protocolares” como se dizia (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980. p.18).

O que se seguiu às ações comandadas por Richetti foi uma enxurrada de denúncias de violências cometidas pelos policiais. A primeira foi pela revista *Isto é* que publicou foto de uma travesti sendo pisoteada durante uma ação. Depois, uma prostituta chamada Idália se atirou do segundo andar da Seccional Centro para escapar do espancamento que sofria. Outras

mulheres denunciaram agressões como banhos de água fria, perda de dentes, pés quebrados e abortos depois decorrentes de socos (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980. p.18).



Figura 16 - Policiais comandados por Richetti (à dir., de terno) param carro guiado por uma travesti durante ronda policial no centro de São Paulo. (Sítio do Memorial da Democracia, 1980)



Figura 17 - Delegado Richetti e seus homens durante a Operação Rondão. (Sítio do Memorial da Democracia, 1980)



Figura 18 - Travesti algemada e pisoteada pelos agentes de Richetti. (Sítio do Memorial da Democracia, 1980)

Uma travesti relatou que Richetti prensou seus seios com violência ao fechar uma gaveta, e outra foi espancada porque os guardas tentaram arrancar sua dentadura, que na verdade eram seus dentes naturais. Havia alguns pontos em comum tanto nas abordagens cujo alvo era a população LGBTQIAPN+: todos os grupos eram extorquidos e muitas vezes em forma de fianças altíssimas e, mais uma vez, as prisões realizadas ainda que se apresentassem documentos ou provas de bom comportamento, ou ainda, *habeas corpus* preventivos (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980. p.18).

Essa onda de violência e repressão fez com que membros da comunidade LGBTQIAPN+, negros e as mulheres de grupos feministas se mobilizassem contra o Delegado Richetti, tanto que em 13 de junho de 1980 ocorreu diante do Teatro Municipal, um protesto que contabilizou cerca de quatro mil pessoas. Dentre os gritos de ordem que se fizeram ouvidos na passeata pela Avenida São João, segundo João Silvério Trevisan, os mais impactantes foram: “ADA, ADA, ADA RICHETTI É DESPEITADA”, “A B X, LIBERTEM OS TRAVESTIS”, “RICHETTI ENRUSTIDA DEIXA EM PAZ A NOSSA VIDA”, “UM DOIS TRÊS RICHETTI NO XADREZ”, “ABAIXO O SUBEMPREGO MAIS TRABALHO PARA OS NEGROS”, e o mais espantoso, “SOMOS TODAS PUTAS” (Lampião da Esquina, ed. n.26, 1980. p.18).



Figura 19 Mulheres na passeata de 13 de junho de 1980 contra o Delegado Richetti (Lampião da Esquina, ed. n. 26, 1980. p.18).

No dia da Proclamação da República, dia 15 de novembro de 1980, Richetti e seus homens voltaram às ruas com a Operação Rondão, mas com uma novidade: não estavam em

busca dos “homossexuais”, mas sim das mulheres lésbicas. A ação desta vez ocorreu nos bares Cachação, Ferro’s e Bexiguinha e todas as mulheres, com carteira profissional assinada ou não, foram presas por serem “todas sapatão” (Lampião da Esquina, ed. n.31, 1980, p.16).

Elas foram levadas à 4ª Delegacia e posteriormente foi denunciado por meio de um panfleto distribuído por grupos ativistas que os policiais recebiam dinheiro para liberar as detidas, de modo que as que não tinham condição de arcar com “a fiança”, foram mantidas em cárcere (Lampião da Esquina, ed. n.31, 1980, p.16).

Em janeiro de 1981, dois colaboradores do *Lampião* foram a campo verificar como estava a situação das travestis que trabalhavam no centro de São Paulo. Paulo Augusto e Francisco Fukushima constataram que as ações da “Operação Rondão” fizeram com que a população de “travestis-prostitutos” se deslocasse para outras áreas, e a região fosse tomada pelas “barcas”²⁰ dos homens de Richetti (Lampião da Esquina, ed. n. 32, 1981, p.5).

Das poucas travestis que encontraram, duas toparam falar com os repórteres, e uma preferiu não ser identificada. Aretuza, de 17 anos, contou que com a repressão das ações comandadas por Richetti, a “freguesia boa” tinha desaparecido, mas as perseguições e violência contra a população que resistia na região do Hilton Hotel permanecia. Ela mesma em uma das vezes em que foi detida, tinha sido encaminhada à uma unidade da Febem, onde teve seu cabelo cortado e foi forçada a tomar hormônio masculino “para virar homem” (Lampião da Esquina, ed. n. 32, 1981, p.5).

Convencidos de que não iam conseguir mais depoimentos, Paulo e Francisco foram embora e no caminho cruzaram com ele, Richetti em pessoa. Naquele momento, o senhor Delegado comandava uma batida em um hotel de onde retirou os hóspedes e os colocou em três camburões, partindo em direção ao bairro do Bexiga (Lampião da Esquina, ed. n. 32, 1981, p.5).

De acordo com Dani Avelar²¹ em reportagem veiculada pelo *podcast Radio Novelo Apresenta*, apesar das manifestações, o Delegado Richetti permaneceu na Seccional Centro até o ano de 1983 e depois transferido para outros cargos da Polícia Civil onde trabalhou até sua morte em 1989. Neste mesmo ano, um Deputado Estadual apresentou um Projeto de Lei com o objetivo de homenagear Richetti colocando seu nome no prédio da delegacia da Seccional Centro. O projeto foi aprovado dois anos depois e até hoje o prédio carrega o nome

²⁰ Era o apelido dado às viaturas policiais.

²¹ Dani Avelar é formada em Relações Internacionais pela USP e mestre em Jornalismo pelo programa Erasmus Mundus. Foi a primeira jornalista transexual contratada pelo veículo de imprensa Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/transvivencias-e-uma-luta-unica>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

do senhor Dr. Delegado José Wilson Richetti (Radio Novelo Apresenta, ep. Morte e Vida, 2024).

Até aqui o que se percebe é uma intensa mobilização das forças policiais para combater e, por que não, erradicar a presença de “homossexuais” das ruas. O que de fato acontecia, era que não só a rua era um dos campos de atuação da polícia. Muitas regiões e estabelecimentos entraram na rota das delegacias por serem apontados como “pontos frequentados por homossexuais”. Desse modo, as batidas policiais eram categórica e estrategicamente planejadas, afim de identificar, rondar e agir nesses pontos.

4. A ação policial em “pontos estratégicos”

O Cinema Íris era localizado no Rio de Janeiro era um dos pontos de batida policial. Os policiais esperavam o fim da última sessão para abordar seus frequentadores. O procedimento era basicamente a solicitação dos documentos pessoais e todos os que eram identificados pelos agentes como “homossexuais” ou prostitutas, embora apresentassem documento de ocupação de trabalho, eram colocados no camburão e encaminhados para o Galpão da Quinta da Boa Vista onde prestariam depoimento. Alguns seriam liberados, outros enquadrados pelo Código de Contravenções Penais por “vadiagem” (Lampião da Esquina, ed. n.0, 1978, p.9).

Na *Esquina* da edição n.2 de 25 de junho a 25 de julho de 1978, foi publicada uma denúncia de 2250 alunos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte que tiveram suas renovações de matrícula negadas sob acusação de praticarem o “homossexualismo”. Isso se deu porque em junho de 1977 a direção da escola em conjunto com a Polícia Federal deflagrou uma investigação para identificar alunos que estivessem envolvidos com drogas e descobriu-se que alguns alunos eram homossexuais. Com isso, cerca de 70 alunos foram chamados a depor ao Departamento de Polícia Federal - DPF e ao final 30 destes foram transferidos para outra instituição de ensino. O diretor da referida Escola Técnica, Arsênio de Azevedo, defendeu veementemente que a motivação pela não renovação das matrículas e as transferências não ocorreram por se tratarem de homossexuais, mas sim porque tais alunos eram indisciplinados (Lampião da Esquina, ed. n.2, 1978, p.3).

Ainda no Nordeste, mais especificamente no Recife, veio a denúncia de uma prática que, para a população carioca e paulistana, já era algo rotineiro: a repressão policial ocorrida em portas de locais comumente frequentados por “vadios” e gays. A denúncia em questão

trazia uma situação de prisões realizadas no Bar Atlântico²² e no Cantinho da Sé e nas boates gays (Lampião da Esquina, ed. n.2, p.3).

Na edição n.20 de janeiro de 1980, Aguinaldo em tom de preocupação e denúncia, traz informações sobre frequentes casos de linchamentos ocorridos na época em várias cidades do Brasil. Silva afirmava que tal violência era justificada pelo comportamento visto como diferente dos agredidos perante à população: a homossexualidade. Era o que justificava por exemplo a organização de bandos formados por rapazes da classe média da zona sul do Rio de Janeiro que invadiam locais frequentados por “homossexuais” para agredir seus frequentadores. Ou ainda, a ação de policiais militares em um estabelecimento carioca na qual todos os homens que estavam no banheiro foram surrados com cassetetes de madeira (Lampião da Esquina, ed. n.20, 1980, p.3)

Ainda no ano de 1980, na edição n.29 de outubro, o colaborador Alexandre Ribondi denunciou a repressão policial em Brasília, mais especificamente na região da Rodoviária e do Setor de Diversões Sul, no dia 21 de setembro. O alvo principal foi a boate *Aquarius* (cujo público alvo era o “homossexual”), única boate fechada naquela noite juntamente com todos os bares (Lampião da Esquina, ed. n. 29, 1980, p.5).

A ação foi comandada pelo Departamento de Polícia Federal e pelo Juizado de Menores. A razão pela qual se fechou a *Aquarius* teria sido o encontro de maconha no bolso de um de seus frequentadores. A abordagem foi a “protocolar” de sempre: quem tinha documento, após ser ouvido na delegacia era liberado; caso contrário, ficaria uns dias “de molho” no xadrez (Lampião da Esquina, ed. n. 29, 1980, p.5).

Ao final da averiguação, constatou-se que o dono da maconha encontrada era o próprio dono da boate, rapaz de classe média que teve sua culpa eximida e foi liberado para prosseguir com as atividades de seu estabelecimento. Assim, a *Aquarius* reabriu na madrugada do dia da batida policial e seguiu com a programação normal. Estima-se que cerca de 400 agentes participaram desta ação e talvez por isso tenha sido considerada uma das maiores realizadas em Brasília até então (Lampião da Esquina, ed. n. 29, 1980, p.5).

Um ponto do Rio de Janeiro que também sofreu com a ação policial foi a Praça Tiradentes. Embora na nota **Corre que lá vem os home!** presente na edição n.36 de maio de 1981 constatava-se o fato de que a Praça era considerada pela 5ª Delegacia Policial a mais

²² O Bar Atlântico, que depois ganhou o apelido de Bar Maconhão, foi um dos principais bares de Olinda que tinha como público cativo os opositores da Ditadura Civil-Militar. Era, além disso, frequentado por grande parte da classe artística e intelectual da época. Disponível em: <<https://revistasera.info/2013/08/olinda-era-uma-festa/>>. Acesso em 26 de maio de 2024.

tranquila da região, e em contrapartida revelava-se fato de que na maioria das ocorrências registradas, estavam envolvidos “os travestis” (Lampião da Esquina, ed. n.36, 1981, p.13).

O que ocorria na verdade era uma “ação profilática no combate dos pervertidos” encabeçada pelo titular da 5ª DP, o Delegado José Gomes de Andrade que por conta da grande frequência de “homossexuais” no local, realizava tais ações com o intuito de “afastar os marginais e os homossexuais da área” (Lampião da Esquina, ed. n.36 de maio de 1981, p.13).

4.1. A Zona do Mangue

Na edição nº5, de outubro de 1978, Aguinaldo Silva relata mais uma operação policial realizada na Zona do Mangue, no Rio de Janeiro. Esta área ficou muito conhecida por ser uma das maiores áreas de prostituição da cidade e desde 1960 vinha enfrentando uma série de investidas do poder público para a desocupação das casas e comércios. Na situação descrita na notícia, não foi diferente. O 1º Batalhão da Polícia Militar junto com os fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda e cinquenta garis, derrubaram várias casas sob o pretexto de reprimir “o comércio clandestino em bares sem alvarás ou licença, tabuleiros e vendedores ambulantes, estabelecimentos sem habite-se para o comércio, moradias ilegais e barracos em vias públicas” (Lampião da Esquina, ed. n.5, 1978, p.3).



Figura 20 - Desocupação na Zona do Mangue. Lampião da Esquina, ed. n.7, 1978, p.3.



Figura 21 - Demolição de casas da Zona do Mangue. *Lampião da Esquina*, ed. n.7, 1978, p.3.

Na edição n.3 de 25 de julho a 25 de agosto, o *Lampião* já havia feito uma reportagem com algumas prostitutas que habitavam a Zona do Mangue que à época abrigava cerca de 1500 prostitutas. Naquele mês haviam sido anunciadas as primeiras desapropriações que prometiam, em até noventa dias, por abaixo as 60 casas que ainda resistiam. O objetivo dessa desocupação fazia parte das “obras de reurbanização da Cidade Nova, que abrigará [ia] sessenta prédios mistos e uma população de 60 mil pessoas” (*Lampião da Esquina*, ed. n.3. 1978, p.7).

O início desse projeto se deu com a implantação dos trilhos do Metrô e fez com que a população de prostitutas caísse de sete mil para 1500, além de tornar a região uma área de risco propensa a assaltos o que conseqüentemente fez com que a freguesia diminuísse (*Lampião da Esquina*, ed. n.3. 1978, p.7).

A Zona do Mangue era bem diversa no quesito prostituição, uma vez que apesar de ter majoritariamente trabalhadoras mulheres, também se encontravam ali travestis e “michês” masculinos. Em reportagem publicada na edição n.32 de janeiro de 1981 por exemplo, o colaborador do *Lampião* Antônio Carlos Moreira conversou com “alguns travestis” que trabalhavam ali na Zona (*Lampião*, ed. n.32, 1981, p.6).

Após toda as ações policiais ocorridas na região nos anos anteriores e noticiadas pelo próprio *Lampião*, era muito difícil encontrar alguém que topasse falar com a imprensa, mas Antônio conseguiu. A primeira que se dispôs a conversar com ele foi Sibila, uma travesti de 21 anos que morava com a mãe em Jacarepaguá, mas que a noite frequentava a Zona. Depois, conversou com D. Rosinha, uma senhora de 50 anos que alugava os cômodos de sua casa para

“os viados” trabalharemos. Entre eles Gisele, Sandra e Kelly (Lampião da Esquina, ed. n.32, 1981, p.6).

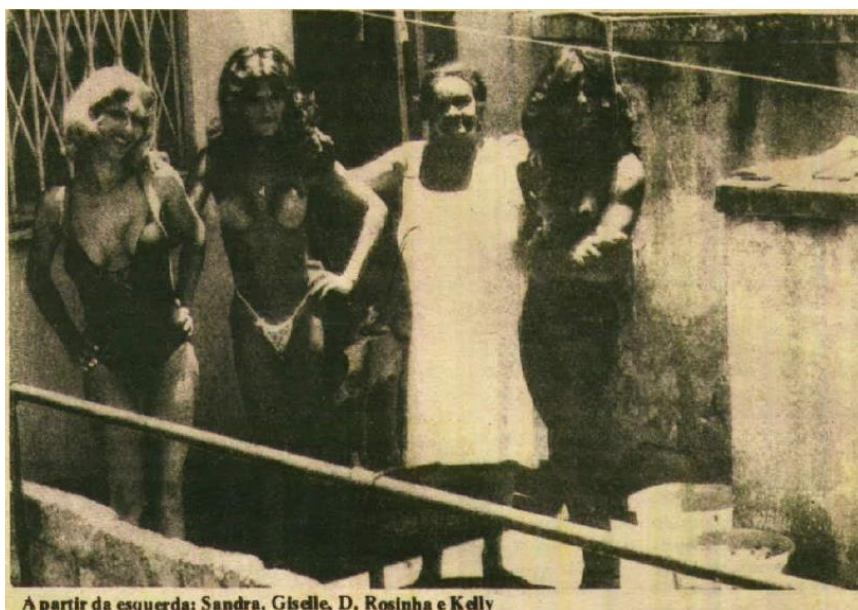


Figura 22- Sandra, Gisele, D. Rosinha e Kelly. (Lampião da Esquina, ed. n.32, janeiro de 1981, p.6).

Sandra tinha 22 anos e começara a “transar travesti” aos 16 anos, sendo por isso expulsa de casa. Começou fazendo *trottoir*²³ e foi numa dessas que foi detida pelos agentes do 3º Distrito Policial. Ela foi agredida desde a rua até a delegacia, onde além de tudo, teve o dinheiro que tinha em sua bolsa roubado. Sobre sua experiência Delegacia, Sandra disse:

na Delegacia eles escrotizam a gente, batem, xingam, fazem dormir no chão puro... Minha comida parecia uma lavagem de porcos e ainda fui obrigada a comer com a mão. Me mandaram limpar a delegacia todinha e depois me botaram numa cela com mais de 20 marginais, me obrigaram a dar pra todo mundo [...] Caso eu não fizesse o que eles queriam, acabava me dando porrada” (Lampião da Esquina, ed. n.32, 1981, p.6).

Em sua fala à Antônio, ela comentou uma coisa um tanto curiosa: “Hoje em dia não adianta mais a gente se cortar com gilete, pra poder fugir, que eles processam a gente com um 129, tentativa de homicídio contra a própria vida” (Lampião da Esquina, ed. n.32, 1981, p.6). Isso se explica no fato que no início dos anos 1980 o Brasil foi tomado por uma epidemia de uma doença até então desconhecida, a AIDS (da sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Essa doença desde o começo foi estigmatizada como uma doença de “bichas”.

²³ Prática de prostituição que se pratica em via pública. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/trottoir>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

Por conta disso, em reportagem de Dani Avelar para o *podcast Rádio Novelo Apresenta*, Neon Cunha²⁴ conta que as travestis desenvolveram uma estratégia de sobrevivência. Conhecida como “GG”, a técnica era encaixar giletes nas mucosas da boca serviam para que, quando abordadas pela polícia elas se cortassem de modo a amedrontar os policiais que assim como uma boa parte da sociedade civil, não queria ter contato com o sangue das “bichas” e das travestis, por medo de serem contaminados pela nova doença (Radio Novelo Apresenta, ep. Morte e Vida, 2024).

5. As mulheres

A presença das mulheres no *Lampião* foi marcante, especialmente na seção *Ativismo*, onde se dava espaço principalmente às mulheres do movimento feminista. Em alguns outros momentos leram-se relatos de prostitutas que, em comum com a população LGBTQIAPN+ tinham a maneira como eram violentadas e perseguidas pelos policiais.

Como o objeto deste trabalho é a perseguição “às homossexualidades”, este capítulo abordará duas personagens lésbicas que apareceram nas páginas do *Lampião*: a primeira, escritora, foi perseguida pela censura federal pelo conteúdo de seus livros. A segunda, acusada de matar sua ex-companheira, ainda que nada durante o inquérito levasse à indicação de sua culpa.

5.1. Cassandra Rios

Na edição n.5 de outubro de 1978, o *Lampião* trouxe uma entrevista de três páginas com a “escritora maldita”. Cassandra Rios (pseudônimo de Odete Rios), foi a primeira escritora brasileira de romances eróticos femininos e justamente por isso incomodou tanto os militares, culminando em sua acusação por atentar contra à moral e os bons costumes e por isso sofrer censura e multa. Segundo Rodolfo Londero (2019) em entrevista à BBC, Cassandra incomodou o governo militar principalmente pelo “conteúdo erótico de seus livros, contrários à ‘moral e aos bons costumes’, como se dizia na época” (LONDERO, 2019).

De acordo com o portal de notícias G1 (2019), ao longo de sua vida Cassandra teve 36 livros proibidos, de 50 publicados, pela Censura Federal. Durante o período da Ditadura Civil-Militar, teve mais 30 livros proibidos, o que culminou na falência da escritora em 1976.

²⁴ Neon Cunha foi a primeira mulher transexual do Brasil a mudar nome e gênero sem cirurgia em seus documentos oficiais e sem laudo médico necessário à época, em 2016. Disponível em Radio Novelo Apresenta, ep. Morte e Vida, 2024: Acesso em: 27 de junho de 2024.

Apesar de tudo, Rios também foi a pioneira também por ser a primeira a vender 1 milhão de exemplares.



Figura 23 - Equipe de entrevista do Lampião. Na foto à esquerda: Trevisan, Darcy e Cassandra. À direita: Maria Adelaide, Mirian e Mariza (colaboradoras). *Lampião da Esquina*, ed. n.5, 1978, p.8.



Figura 23 - Cassandra Rios, a “escritora maldita”. *Lampião da Esquina*, ed. n.5, 1978, p.9.

Talvez por isso, na entrevista concedida ao *Lampião*, Cassandra tenha afirmado que a censura tinha lhe feito muito mal no passado, mas que lhe fez bem, no presente e no futuro pois: “ela engavetou o que eu tinha feito, mas não me destruiu, então não consegui me fazer mal; ela só teria me feito mal se eu tivesse parado de escrever, tivesse secado” (*Lampião da Esquina*, ed. n.5, 1978, p.10).

Em uma segunda entrevista concedida ao *Lampião* em setembro de 1980 na edição n.29, Cassandra estava aparentemente mais tranquila pois passava por um momento em que suas obras não estavam sendo apreendidas como dois anos antes à época da primeira

entrevista. Afirmou que continuava sendo processada por atentar ao pudor pelo conteúdo de suas obras e que via uma ação política nisso, visto que as alternâncias de governo impactavam diretamente tanto nas apreensões (ou liberações) de seus livros como dos processos que chegavam a ela (Lampião da Esquina, ed. n.29, 1980, p.16).

5.2. Nino, o italianinho

Na edição n.13 de junho de 1979, Aguinaldo Silva discorre sobre o “processo de Nino, o italianinho²⁵”, como ficou conhecido o caso do julgamento que visava a condenação de Ninuccia Bianchi, acusada de ter empurrado sua companheira, Vânia da Silva Batista, do terceiro andar do prédio onde moravam. O caso inicialmente foi registrado como suicídio na delegacia de Jacarepaguá e posteriormente passou a ser considerado “morte suspeita” após uma carta de Ninuccia à Vânia na qual ela falava de seu amor, ser encontrada (Lampião da Esquina, ed. n.13, 1979, p.8).



Figura 24 - Ninuccia durante seu julgamento. (Lampião da Esquina, ed. n.13, 1979, p.8)

Fato é que durante o processo, não se constou a menor evidência de que Ninuccia teria empurrado Vânia. Ainda assim, o promotor e o advogado de acusação desmontaram os dezoito depoimentos de defesa e reforçaram os das testemunhas de acusação. Palavras como “pervertida”, “anormal” e “doente” foram utilizadas diversas vezes durante a sessão ocorrida

²⁵ Foi uma novela transmitida pela extinta TV Tupi entre 1º de maio de 1969 e 5 de julho de 1970, escrita por Geraldo Vietri e Walther Negrão. Contava a história de Nino, imigrante italiano que chegara ao Brasil com quinze anos de idade e se tornara dono de uma mercearia no bairro do Bixiga, em São Paulo. Curiosamente envolve também um triângulo amoroso composto por Bianca que gosta de Nino que gosta de Natália. Disponível em: < <https://teledramaturgia.com.br/nino-o-italianinho/>>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

na última semana de maio no IV Tribunal do Júri, no Rio de Janeiro (*Lampião da Esquina*, ed. n.13, 1979, p.8).

A conjuntura anterior à morte de Vânia era a seguinte: ela era filha de um pastor evangélico e, segundo ele, teria sido influenciada a sair de casa para morar com Ninuccia. Elas foram muito felizes até certo momento, como afirmavam as testemunhas de defesa Vilma e Bartolomeu, ambos irmãos da acusada. Após uma discussão, Vânia saiu de casa e foi morar com um rapaz, Altemir Figliolo, de quem estava grávida quando morreu. A experiência com Altemir aparentemente não satisfaz Vânia que voltou a viver com Ninuccia.



Figura 25 - Vânia da Silva Batista. (Lampião da Esquina, ed. n.13, 1979, p.8)

Segundo vizinhos e colegas de trabalho, Vânia “atravessava uma violenta crise emocional”. Aguinaldo Silva, escritor da reportagem supõe até que a experiência com Figliolo tenha sido uma “tentativa de resgatar sua ‘normalidade’” e que “Vânia seria um desses homossexuais que não se aceitam e aí estaria a origem da crise que a levou à morte”. Dito isso e considerando todas suposições aventadas pelos familiares, Silva (1979) conclui que “Ninuccia pode até ser culpada, mas (...) o que não se pode [ia] fazer é [era] condená-la a partir da única prova que a Justiça tem [tinha] contra ela: o fato de que ela é lésbica” (*Lampião da Esquina*, ed. n.13, 1979, p.8).

Em junho de 1980, por cinco votos a dois, Ninuccia foi inocentada e em agosto daquele mesmo ano concedeu entrevista ao *Lampião* na edição n.27, p.6. Embora absolvida, ela estava enfrentando as consequências de um processo que havia exposto sua sexualidade. Por conta do preconceito contra “as homossexualidades”, continuava desempregada e com dificuldades de arrumar emprego. Na entrevista, Ninuccia relatou tristeza ao ter sua privacidade tornada pública e adentrou sobre sua relação com Vânia que, à época da morte segundo ela era só amizade. Até o momento da entrevista, o *Lampião* tinha sido o único

veículo de imprensa disposto a ouvi-la após sua absolvição (Lampião da Esquina, ed. n.27, 1980, p.6-7).

6. Considerações Finais

O que se pretendeu com este trabalho foi demonstrar como era noticiada pelo jornal Lampião da Esquina, a perseguição, censura e repressão à comunidade LGBTQIAPN+, que outrora recebera a nomenclatura de “homossexualidades”, segundo Quinalha (2021). O fato é que embora o recorte temporal tenha sido de aproximadamente 3 anos (1978-1981), o que se viu foram situações de ação policial institucionalizada contra os grupos marginalizados com enfoque na comunidade LGBTQIAPN+.

Essa institucionalização se dava principalmente por meio de dispositivos jurídicos, sendo os mais recorrentes a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, de Censura à Imprensa, que havia incorporado os conceitos de “moral e bons costumes” do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Posteriormente, essa lei se desdobrou para Censura Prévia em 1970 e, em 1972, para a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP). Além disso, a “vadiagem”, contravenção prevista no artigo 59 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, também foi utilizada.

Contudo, nota-se que os jornalistas e os veículos de informação eram enquadrados, de acordo com as suas atividades, geralmente na Lei de Imprensa por publicações que supostamente atentavam contra à moral pública. Nos casos em que os/as protagonistas das notícias faziam parte da base das minorias perseguidas, como era o caso das travestis que trabalhavam nas ruas e dos “homossexuais” e mulheres que frequentavam estabelecimentos conhecidos pelo seu público-alvo que fugia à regra de heteronormatividade imposta pela ditadura-civil militar, as detenções eram justificadas pela lei de “vadiagem”.

Sobre esta última, o que se pôde observar foi que o protocolo das abordagens não era seguido à risca, por que segundo a advogada Alice Soares, o “correto seria primeiramente pedir documento de identificação e de registro trabalhista e uma vez que este último não fosse apresentado, aí sim o indivíduo era encaminhado à delegacia. Lá, assinava-se uma sindicância comprometendo-se a arrumar emprego em até 30 dias. Caso fosse preso novamente, seria

enquadrado no Artigo 59 e levado à Casa de detenção até o julgamento (*Lampião da Esquina*, ed. extra n.3, 1980, s/p).

Das pessoas que o *Lampião* deu voz nas suas 37 edições, o que se ouviu muito foi que na maioria das vezes, ainda que se apresentasse o registro civil de trabalho, as detenções ocorriam e muitas das vezes os documentos além de ignorados, eram subtraídos ou até mesmo destruídos pelos agentes policiais. Agentes estes, que também não raro, praticavam além de violência física, psicológica e sexual, também violência patrimonial por meio de extorsões e cobrança de “agrados pecuniários” para que deixassem suas vítimas – na maioria das vezes “os travestis” – em paz.

Dito isso, deve-se destacar a importância que o *Lampião* teve durante o seu período de circulação e o fato de que é notório o alcance de um dos seus objetivos principais, que era o de tirar “as homossexualidades” da sombra e dar visibilidade e voz a quem até aquele momento não era visto tampouco ouvido. De maneira atrevida, debochada contundente e séria, o jornal conseguiu por luz à muitas atrocidades que estavam ou queriam se fazer ocultas em um momento tão obscuro quanto à ditadura-civil militar.

À sua maneira, o *Lampião* atingiu ao meu ver parcialmente um outro objetivo: desmoralizar mitos sobre o “homossexualismo”, especialmente “aquele segundo o qual os homossexuais são criaturas pervertidas, sempre dispostas a corromper e a aliciar”. (Silva, Para o Brasil do ano 2.000, os “bons costumes” do século XIX, *Lampião da Esquina*, ed. n.9, 1979, p.5). Digo parcialmente pois embora estejamos a aproximadamente quarenta anos do trabalho árduo dos “Senhores do Conselho”, nós da comunidade LGBTQIAPN+ ainda somos vistos por uma parcela considerável da sociedade brasileira como pervertidos, desviados e indignos de direitos primordiais, como a vida por exemplo.

Reforço essa ideia pois de acordo com dados retirados do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, houve um aumento de 9,96% no número de denúncias de homofobia no primeiro semestre deste ano (2024) em relação ao mesmo período do ano passado (2023). Enquanto em relação às violações, o crescimento foi de 21,78% para a mesma comparação. O mais preocupante é o aumento da violência contra a população transexual e às travestis: o aumento de violência contra as pessoas trans foi de 35,87% e às travestis, 63%. Abaixo, os dados:



Figura 26 - Gráfico de denúncias de homofobia. 1º semestre de 2023. Retirado do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.



Figura 27 - Gráfico de denúncias de homofobia. 1º semestre de 2024. Retirado do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

O que se conclui ao analisar os dados é que apesar de toda a querosene que o *Lampião* queimou para iluminar não só a nossa comunidade como tantas outras, a perseguição e repressão contra quem se identifica com qualquer letra da nossa sigla ainda diminui àquele período (1978-1981), mas ainda perdura, guardadas as devidas proporções. O que se modificou na realidade, foi o *modus operandi* e os dispositivos utilizados.

Aqui eu peço licença antes de continuar com a análise do artigo, por que esta última citação é muito perceptível até o ano em que este trabalho é escrito (2024), e acredito que infelizmente essa realidade vai demorar um pouco mais para mudar. É inegável que de 1980 para cá, houveram vários avanços na pauta LGBTQIAPN+ (inclusive a própria sigla utilizada hoje), mas a violência institucionalizada permanece. Para se ter uma ideia, segundo a Agência

Brasil, no ano passado (2023) foi registrado um aumento de 10,7% de assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil em relação ao ano de 2022. Com isso quero dizer que as maneiras de repressão e a perseguição só mudaram a forma, mas infelizmente perduram.

REFERÊNCIAS

ABELA, Jaime Andréu. **Las técnicas de análisis de contenido:** Una revisión actualizada. *Ábaco en Red*, 2001. Disponível em: <https://abacoenred.org/wp-content/uploads/2019/02/Las-t%C3%A9cnicas-de-an%C3%A1lisis-de-contenido-una-revisi%C3%B3n-actualizada.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Afya Blog Graduação. **Conheça a história da AIDS no Brasil.** Disponível em: <https://graduacao.afya.com.br/medicina/historia-aids-brasil#:~:text=O%20primeiro%20caso%20de%20HIV,diagn%C3%B3stico%20fosse%20classificado%20como%20AIDS>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ALMEIDA, Daniella. **Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado.** *Agência Brasil*, Direitos Humanos, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado#:~:text=Quanto%20%C3%A0%20identidade%20de%20g%C3%AAnero,136%20eram%20travestis%20mulheres%20trans>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BARBOZA, B.; ZANIN, G. **Transvivências:** é uma luta única? *AGEMT*, Notícias, 2023. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/transvivencias-e-uma-luta-unica>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BIGELI, Alexandre. **Golpe Militar de 1964** - elites e militares derrubaram o governo Jango. *Uol*, São Paulo, 7 mar. 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/golpe-militar-de-1964-1-elites-e-militares-derrubaram-o-governo-de-jango.htm>. Acesso em: 8 abr. 2024.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **A morte da clínica:** movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

Cassandra Rios ainda resiste. *Lampião da Esquina*, ed. n. 5, out. 1978, p. 8-10. Reportagem.

Cassandra Rios: “Assim, até a Bíblia é pornográfica”. *Lampião da Esquina*, ed. n. 29, out. 1980, p. 16. Entrevista.

CHRYSÓSTOMO, Antônio. **‘Mônica Valéria’, uma vida em segredo.** *Lampião da Esquina*, ed. n. 7, dez. 1978, p. 10.

Cinema Íris: na última sessão, um filme de terror. *Lampião da Esquina*, ed. n. 0, abr. 1978, p. 9. Reportagem.

COWAN, Benjamin. **Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar.** In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2021. p. 27-52.

DOIS travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco. *Lampião da Esquina*, ed. extra n. 3, 1980, s/p. Reportagem.

FRY, Peter. **A difícil batalha dos censores contra a realidade.** *Lampião da Esquina*, ed. n. 9, fev. 1979, p. 5.

G1. Quem foi Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura militar. *G1*, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 24 mai. 2024.

Jornal de Boas Notícias. **O Pasquim:** jornal de humor que desafiou a ditadura ganha exposição em SP ao completar 50 anos. *Jornal de Boas Notícias*, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://jornaldeboasnoticias.com.br/o-pasquim-jornal-de-humor-que-desafiou-a-ditadura-ganha-exposicao-em-sp-ao-completar-50-anos/>. Acesso em: 26 mai. 2024.

KAMINSKI, Leon. **Olhares sobre a contracultura no Brasil.** In: *CONTRACULTURA NO BRASIL, ANOS 70: circulação, espaços e sociabilidades*. Curitiba: Editora CRV, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40287889/CONTRACULTURA_NO_BRASIL_ANOS_70_circulacao_e_sociabilidades. Acesso em: 28 jul. 2024.

LARA, R.; SILVA, M. A. **A ditadura civil-militar de 1965:** os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LGBT e prostitutas denunciam violência. *Memorial da Democracia*. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LIMA, Fernando Da Mota. **Olinda Era Uma Festa.** *Revista Será?* 15 ago. 2013. Disponível em: <https://revistasera.info/2013/08/olinda-era-uma-festa/>. Acesso em: 26 mai. 2024.

Luiz Melodia morre aos 66 anos. *Abramus*, 2017. Disponível em: <https://www.abramus.org.br/noticias/13891/luiz-melodia-morre-aos-66-anos/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MARASCIULO, Marília. **Herói ou bandido?** Quem foi Lampião e o que ele representou para o cangaço. *Revista Galileu*, 31 jul. 2023. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/heroi-ou-bandido-quem-foi-lampiao-e-o-que-ele-representou-para-o-cangaco.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Más notícias do Nordeste. *Lampião da Esquina*, ed. n. 2, jun./jul. 1978, p. 3. Esquina.

MICCOLI, Leila. “Snob”, “Le Femme” ... Os bons tempos da imprensa guei. *Lampião da Esquina*, ed. n. 28, set. 1980, p. 6-7.

Ministério da Saúde. **HIV/ AIDS.** *Biblioteca Virtual em Saúde*. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/hiv-e-aids/#:~:text=HIV%20%C3%A9%20a%20sigla%20em,defender%20o%20organismo%20de%20doen%C3%A7as>. Acesso em: 29 jun. 2024.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Denúncias de Violação dos Direitos Humanos.** 1º semestre de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/primeiro-semester-de-2024>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Denúncias de Violação dos Direitos Humanos.** 1º semestre de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/primeiro-semester-de-2023>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MODELLI, Laís. **55 anos do golpe militar:** A história de Cassandra Rios, a escritora mais censurada da ditadura. *BBC News Brasil*, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>. Acesso em: 31 mai. 2024.

MOREIRA, Antônio Carlos. **Corre que lá vem os home!** *Lampião da Esquina*, ed. n. 36, mai. 1981, p. 13.

MOREIRA, Antônio Carlos. **Um passeio na zona.** *Lampião da Esquina*, ed. n. 32, jan. 1981, p. 6.

Ninuccia Bianchi, depois da absolvição. *Lampião da Esquina*, ed. n. 27, ago. 1980, p. 6-7. Entrevista.

O que pensa a sociedade civil sobre o assunto. *Lampião da Esquina*, ed. n. 9, fev. 1979, p. 5. Reportagem.

OCANHA, Rafael Freitas. **As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982).** In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2021. p. 149-176.

PENTEADO, Darcy. **Um apelo da tradicional família Mesquita:** prendam, matem e comam os travestis. *Lampião da Esquina*, ed. n. 24, mai. 1980, p. 2.

QUINALHA, Renan. **Lampião da Esquina na mira da ditadura hétero-militar de 1964.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/SHVG63XcvL7Tz4Rp3FDBNMB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RAMOS, Nando. **Enfim um jornal-maravilha**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 12, mai. 1979, p. 4.

REIS, Bruno Carriço. **Os conteúdos em análise** - teoria e práticas da análise de conteúdo. In: *Metodologias de investigação em Ciências Sociais*, p. 205-236. Lisboa: Editora Escolar, 2017.

RIBONDI, Alexandre. **Pega pra capar em Brasília**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 29, out. 1980, p. 5.

Richetti volta às ruas. *Lampião da Esquina*, ed. n. 31, dez. 1980, p. 16. Violência.

Rio de Janeiro: Radio Novelo. **Morte e Vida**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ZeB6nmX4N6wLZp3af2Lqi?si=8ea17388d77e4b2c>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RITO, Lúcia. **Esta zona vai acabar**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 3, jul./ago. 1978, p. 7.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de conteúdo e Análise do discurso**: o linguístico e seu entorno. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-52, 2006.

ROSSI, Amanda. **‘Monstro, prostituta, bichinha’**: como a justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico à prisão. *GI*, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/monstro-prostituta-bichinha-como-a-justica-condenou-a-1a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-do-brasil-e-sentenciou-medico-a-prisao.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2024.

Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, ed. n. 0, abr. 1978. Opinião, p. 2.

Senhores do conselho. *Lampião da Esquina*, ed. n. 0, abr. 1978. Opinião, p. 2.

SILVA, Aguinaldo. **As palavras: para que temê-las?** *Lampião da Esquina*, ed. n. 3, jul./ago. 1978, p. 5.

SILVA, Aguinaldo. **De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 15, ago. 1979, p. 5.

SILVA, Aguinaldo. **Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 13, jun. 1979, p. 8.

SILVA, Aguinaldo. **Para o Brasil do ano 2.000, os “bons costumes” do século XIX**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 9, fev. 1979, p. 5.

SILVA, Aguinaldo. **Somos todos inocentes**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 18, nov. 1979, p. 2.

SILVA, Aguinaldo. **Tocaram fogo no mangue**. *Lampião da Esquina*, ed. n. 5, out. 1978, p. 3.

SILVA, Aguinaldo. **Transexualismo:** um julgamento moral. *Lampião da Esquina*, ed. n. 5, out. 1978, p. 5.

SILVA, Aguinaldo. **Um esquadrão mata-bicha?** *Lampião da Esquina*, ed. n. 20, jan. 1980, p. 3.

SILVA, Daniel Neves. **Atos Institucionais.** *Uol*, História do Brasil. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/atos-institucionais.htm>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SILVA, Daniel Neves. **O que foi o AI-5?** *Uol*, O que é. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-ai-5.htm>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SILVA, Luísa Alcantara de. **Vida Transviada.** *Revista Trip*, Gênero, 2019. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/joao-w-nerly-o-primeiro-trans-homem-a-fazer-uma-cirurgia-de-readequacao-sexual-no-brasil>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TREVISAN, João Silvério. **Demissão, processo, perseguições.** Mas qual é o crime de Celso Cúri? *Lampião da Esquina*, ed. n. 0, abr. 1978, p. 6-7.

TREVISAN, João Silvério. **Justiça inocenta Celso Curi.** *Lampião da Esquina*, ed. n. 11, abr. 1979, p. 4.

TREVISAN, João Silvério. **Leyland fala sobre atuação política.** *Lampião da Esquina*, ed. n. 2, jun./jul. 1979, p. 10.

TREVISAN, João Silvério. **São Paulo:** a guerra santa do Dr. Richetti. *Lampião da Esquina*, ed. n. 26, jul. 1980, p. 18.

Uma capa com muitas estrelas. *Lampião da Esquina*, ed. n. 12, mai. 1979, p. 7. Reportagem.

VANDERSON, Vanessa. **Estrategistas da informação.** *Jornal da Ciência*, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://jornaldesciencia.org/estrategistas-da-informacao>. Acesso em: 25 jul. 2024.

VITAL, Edna. **Mais um capítulo da História do Lampião da Esquina.** *Revista Brasileira de História*, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhist/a/N6KDPH5TCRrJLp7tyq6XpV/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

WEBER, Max. (2005). **Sociologia da Imprensa.** Um programa de pesquisa. Estudos em jornalismo e Media, 2 (1A), pp. 13-21.

